

Equipe de realização:
Projeto gráfico de Júlio G. Machado e Eduardo J. Rodrigues
Assessoria editorial de Mara Valles
Revisão de Elisabeth Oréfice e Helaine I. Vroiti

CIP - Brasil, Catálogo-na-Fonte
Camara Brasileira do Livro, SP

S2390 Santos, Wanderley Guilherme dos, 1935-
Ordem burguesa e liberalismo político / Wanderley
Guilherme dos Santos. — São Paulo : Duas Cidades, 1978.
(Coleção história e sociedade)

Bibliografia.

1. Brasil — Condições sociais 2. Brasil — Política e governo 3. Ciências sociais — História — Brasil 4. Classe média — Brasil 5. Ideologia 6. Liberalismo — Brasil 7. Política — Teoria I. Título.
- | |
|------------------------|
| 17. e 18. CDD-320.981 |
| 17. e 18. -300.981 |
| 17. -301.400981 |
| 18. -301.5920981 |
| 17. e 18. -301.4410981 |
| 17. e 18. -309.181 |
| 17. e 18. -320.01 |
| 17. e 18. -320.50981 |
| 17. e 18. -320.510981 |

78-0559

- Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Ciências sociais : História 300.981 (17. e 18.)
 2. Brasil : Classe média : Sociologia 301.4410981 (17. e 18.)
 3. Brasil : Condições sociais 309.181 (17. e 18.)
 4. Brasil : Ideologias : Ciência política 320.50981 (17. e 18.)
 5. Brasil : Instituições políticas : Sociologia 301.400981 (17.)
301.5920981 (18.)
 6. Brasil : Liberalismo : Ciência política 320.510981 (17. e 18.)
 7. Brasil : Política 320.981 (17. e 18.)
 8. Política : Teoria 320.01 (17. e 18.)

ORDEM BURGUESA e LIBERALISMO POLÍTICO

Wanderley Guilherme dos Santos

 Livraria
Duas Cidades

4763
DEP. DE FILOSOFIA E TEORIA
GERAL DO DIREITO

**Paradigma e História:
A Ordem Burguesa na
Imaginação Social Brasileira***

(*) O presente texto foi preparado em fevereiro de 1975, a convite do Prof. Candido Mendes de Almeida, da Sociedade Brasileira de Instrução, para servir de material preparatório a trabalho coletivo sobre Ciências Sociais no Brasil, URSS, Holanda, Austrália, Tunísia, Tanzânia e Camarões, solicitado pela UNESCO.

As Ciências Sociais no Brasil surgiram e se têm desenvolvido sob a influência conjugada de dois processos: o da forma de absorção e difusão interna dos avanços metodológicos e substantivos gerados em centros culturais no exterior e o dos estímulos produzidos pelo desenvolvimento da história econômica e política do país. É possível considerar a evolução das Ciências Sociais em qualquer país como subordinada ao mesmo conjunto de influências e determinações e, por isto, indissociável esclarecer que a ênfase deve ser colocada sobretudo na forma da absorção e difusão da produção estrangeira e no tipo de interação existente entre os eventos sociais e a reflexão científica. A reflexão sobre os processos sociais é, em qualquer cultura, fruto da relação simultânea que a sociedade entretém com seu passado e presente e com o presente de outras comunidades. O que pode torná-la peculiar é a qualidade e repercussão do conteúdo e da forma que resultam do processamento dos diversos aspectos em que aquela relação se estabelece e progride. Também no Brasil, portanto, a reflexão sobre processos sociais apenas revela uma dimensão do complexo individualidade nacional ao mesmo tempo em que se integram na história universal.

A inserção do Brasil na história universal se fez, do início do século XVI aos princípios do século XIX (1500-1822), de acordo com sua condição de colônia portuguesa. O estilo da interação da comunidade brasileira com seu próprio passado e com o resto do mundo derivava da circunstância de estar o país submetido à regulação imposta pelo Estado português, a si próprio e às suas colônias. Portugal era o elo intermediário através do qual se fazia a integração do Brasil ao processo histórico universal e a qualidade dessa integração dependia, em consequência, da qualidade dos laços que uniam a metró-

pole à colônia, em primeiro lugar, e do estágio de civilização em que se encontrava a própria metrópole. Em última análise, a interação da comunidade brasileira com seu passado, isto é, com seu estado até então colonial, e com o presente das demais nações, dependia estritamente da interação de Portugal com seu próprio passado e com o presente das outras nações europeias.

A história moderna de Portugal não pode ser ordenada segundo uma visão muito simétrica ou harmoniosa do desenvolvimento das nações. Uma das primeiras comunidades humanas a se organizar como nação, no sentido moderno do termo, lidava juntamente com a Espanha o período de transformações que marca efetivamente o fim da era feudal e que precede à grande transformação capitalista-burguesa, então embrionária. Entretanto, Portugal não chegará a realizar completamente as mudanças que antecipa e põe em curso, pois que inaugura o período moderno da história humana cativo de um movimento — a Contra-Reforma — obscurantista e restaurador. Uuem-se em Portugal um movimento de retorno à Escolástica, contrário às ciências — quer sob sua forma racionalista cartesiana, quer sob sua forma empirista saxônica —, contrário à secularização dos costumes e ao humanismo individualista do movimento renascentista, e uma forma econômica e social de acumulação de riquezas onde o grupo mercantil, interessado nos negócios das descobertas e das grandes navegações marítimas, alia-se à nobreza fundiária, ambos estreitamente caudatários da monarquia antes que em oposição a ela. Trata-se portanto de um sistema comprometido com uma ordem econômico-social em dissolução por toda a Europa, e amparado por um movimento cultural reacionário, oposto a toda mensagem de renovação que vai então pelo mundo, que, em Portugal, financia, suporta e executa os primórdios da importante revolução geográfica, comercial, migratória e tecnológica que está na origem do mundo hodierno.

Embora poucos pudessem antecipar a incios do século XVI as consequências macro-históricas do tipo de coalição que sustentou, em Portugal, a elaboração do primeiro cenário moderno, é não obstante correto afirmar-se que “o compromisso entre a nobreza e os mercadores iria definitivamente empatar o destino histórico da burguesia portuguesa, pois a forma de explorar o comércio ultramarino não permitia a liberação das forças econômicas em que devia apoiar-se uma classe aspirante ao domínio político do país”¹. E com isso travou-se o caminho às inovações tecnológicas indispensáveis ao processo

continuado de acumulação capitalista industrial, às quais, em turno, constituiram poderoso incentivo à absorção, difusão e produção de novos conhecimentos científicos. Assim, a frustrada evolução da burguesia portuguesa deixou de criar as condições de competição econômica que estão na raiz das inovações tecnológicas — pois que a hegemonia na exploração das conquistas marítimas era monopólio da Coroa —, que exigem a livre expansão dos conhecimentos, a pesquisa não tolhida por preconceitos ou comandos políticos, o exercício incontroverso, enfim, da subjetividade humana. Com isso enraizou-se e prevaleceu o sistema de idéias que negava o primado do indivíduo sobre a ordem social, a dignidade da pessoa humana, o direito ao livre pensamento e à livre investigação. Firma-se então durante dois séculos, sem significativa oposição, a Segunda Escolástica Portuguesa, fiel à Contra-Reforma, fechada às conquistas do conhecimento do mundo natural, promovido a partir da Renascença, e cega às prerrogativas do indivíduo como ser social autônomo, que iria ser a base indispulada do pensamento científico e político do mundo moderno. É sobretudo durante o predomínio desta Segunda Escolástica Portuguesa — aproximadamente a partir do segundo quartel do século XVI até o último do século XVIII — que se desenrola a história colonial do Brasil.

A Segunda Escolástica Portuguesa encontraria seu suporte institucional mais importante na Companhia de Jesus, organizada definitivamente em 1539. Seriam os jesuítas os principais artífices do abandono do espírito positivo, não necessariamente positivista, da autonomia da investigação científica, e defensores do tomismo escolástico puro, “estilo de pensamento circunscrito à repetição de princípios já estabelecidos, onde não se fazem presentes a inquirição, a dúvida ou a pesquisa liberta de preconceitos”². E esse espírito que irá se reconhecer em Portugal mediante o monopólio do ensino médio e da submissão da Universidade de Évora e do Colégio de Artes de Coimbra, no que se apoiavam os jesuítas para difundir, melhor dizendo, impor, uma atitude de repulsa às idéias novas divulgadas na Europa.³

Praticamente durante todo o período colonial é o espírito jesuítico da Segunda Escolástica Portuguesa que dominará o universo cultural brasileiro, ou o que então se podia assim chamar, através do mesmo monopólio ideológico, quando não organizacional, do ensino. Para os recalccitrantes restava a Santa Inquisição, zelosa, cuidante, a exercer a rotina da fiscalização dos espíritos, a censura, a vigilância das bibliotecas,

de que não escapavam os senhores de engenho, e mesmo, caso necessário, a queima na fogueira. Em todas as tentativas de rebelião contra o estatuto colonial que explodem no século XVIII são evidências da acusação a posse de livros, opúsculos e folhetos proibidos em Portugal e especialmente no Brasil, embora de curso livre no resto da Europa.

Se a influência jesuítica deve ser tomada como responsável pelo atraso em que permaneceu Portugal, e com ele ainda mais o Brasil, também por outro lado é a Portugal que se deve a formação de uma primeira geração de cientistas e homens de letras brasileiros que, oportunamente, seria responsável pela formulação e execução do projeto de independência nacional. A origem de tudo encontra-se na reação antiescolástica promovida em Portugal, em torno do último quartel do século XVIII, da qual a reforma universitária promovida pelo Marquês de Pombal, acompanhada da expulsão dos jesuítas, em 1772 (os jesuítas seriam expulsos do Brasil em 1759), seria o símbolo mais visível. Com a reforma liberta-se a especulação e a investigação científicas e introduzem-se finalmente as ciências modernas, não deduzidas de princípios filosóficos como no tomismo aristotélico. Criam-se as Faculdades de Matemática e de Filosofia incluindo-se nesta última cursos de Botânica e agricultura, zoologia e mineralogia, física, química e metalurgia, e, através deles, Descartes, os empiristas ingleses, Leibniz, e o método experimental moderno⁴. Pombal não foi longe de suscitar a reação obscurantista que se segue à morte de D. José I, em 1788, e à subida ao trono de D. Maria I e, ao mesmo tempo, a capacidade de resistir a um completo retrocesso, permanecendo o ideal de desenvolvimento do pensamento científico liberto dos interditos religiosos. É este movimento renovador, iniciado pelo Marquês de Pombal e interrompido por D. Maria I, que será retomado no Brasil, após a Independência, com o movimento eclético tentando recuperar os séculos perdidos, para Portugal e para o Brasil, e fazendo-os ingressar vagarosamente, pelo menos ao último, no universo intelectual dos tempos que corriam, isto é, o século XIX⁵.

Após a Independência do Brasil, em 1822, inicia-se nova fase na história nacional e, conseqüentemente, na evolução da reflexão sociológica e política. Redemem-se os termos da relação da comunidade brasileira com seu próprio passado e com o presente do mundo, isto é, princípios do século XIX. Antes de tudo, necessita a recém-criada nação aparelhar-se para a vida organizada independente, para o autogoverno, e

para as relações com as outras nações. A evolução do pensamento político e social ficará, como é claro, na dependência da evolução organizacional da atividade científica, a qual exerce um juízo implícito sobre as ciências sociais e sobre sua relevância para a estruturação do novo país. Convém, entretanto, esquecer que as ciências sociais não haviam ainda adquirido formato organizacional universitário — o que só vai ocorrer na França, por exemplo, na parte final do século passado, o princípio deste nos Estados Unidos.

Em virtude do desdobrar da campanha napoleônica na Europa, a Casa Real Portuguesa, aliada secular fiel da Inglaterra, viu-se objeto da belicosidade francesa e obrigada a abandonar a Europa a fim de manter-se intacta. Transferiu-se então, em 1808, a administração do reino português, exilado em Portugal, para o então vice-reinado do Brasil. Com a chegada da corte inicia-se uma série de medidas que não desembocam na Independência, por ser impossível ao país voltar à condição de colônia. Abrem-se os portos brasileiros ao comércio exterior e extinguem-se as relações de entreposto que se fazem agora diretamente entre o país e seus clientes. Criase a Imprensa Régia, o que implica o levantamento de todas as proibições à impressão e circulação de livros, jornais e revistas, proibições que haviam sido mantidas a ferro e fogo por D. Maria I, mãe enlouquecida do Príncipe Regente, D. João VI, e que a este cedera o trono. Organizam-se as Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro as quais durante todo o século XIX permanecerão como um dos centros de cultura geral e não apenas de medicina. Algumas das obras de filosofia publicadas no Brasil, no século XIX, foram inicialmente apresentadas às Escolas de Medicina.

Foram estas Escolas de Medicina, a Escola Nacional de Belas Artes e uma Academia Militar o embrionário sistema universitário brasileiro, criado imediatamente após a chegada da família real portuguesa ao Brasil, e que não se altera até o período imediatamente após a Independência. Então, criam-se em 1927 as Faculdades de Direito de Olinda, Pernambuco, e de São Paulo, que durante todo o século passado e os primeiros trinta anos do presente século constituirão a arena onde se irão gerar, discutir e difundir as doutrinas sociais, políticas, econômicas e de administração. O papel desempenhado na evolução da cultura europeia pela Filosofia, isto é, o de ser a grande matriz que incorporava todo tipo de conhecimento e saber, que gradativamente se foram tornando autônomos, inclu-

sive organizacionalmente, foi no Brasil empreendido pelas Faculdades de Direito e pelos sistemas jurídicos. A inexistência de instituições especializadas, entre outras razões, fez com que os estudos dos problemas sociais, econômicos e políticos se refugiassem nas escolas de Direito e aí desenvolvessem seus estudos e reflexões. Assim, é nas escolas de Direito que se discute, estuda e crítica não apenas teorias jurídicas, mas também econômicas (cursos de economia política fizeram parte desde o início das escolas jurídicas), administrativas, sociológicas e políticas. E isto durante todo o século XIX e parte do presente.

E apenas em 1919 que se cria a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro como curso superior da Academia de Comércio do Rio de Janeiro e, em 1923, que se organiza o curso superior de ciências econômicas⁶. Em 1933 funda-se a Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo, privadamente sustentada, seguida em 1934 pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, governamental, e pela Universidade do Distrito Federal, onde se incluem cursos de Ciências Sociais, em 1935, também governamental.

A parte, as atividades de investigação e estudo que se desenvolveram nas escolas de Direito até a criação dos cursos de Ciências Sociais, e nestes, desde então, desenvolveu-se inevitavelmente durante todo esse tempo a crítica social e política em jornais e publicações, com base, se não no interesse acadêmico dos críticos, certamente no envolvimento político de parte da elite intelectual brasileira. Assim, desde os momentos da Independência até a terceira década deste século, a intelectualidade brasileira enfrentou o passado e o presente do país e do exterior sem o auxílio de instituições especializadas na absorção, geração e difusão de conhecimentos sociais. A partir dos anos 30, neste século, passou a contar a reflexão social brasileira com os esforços organizados das Escolas de Sociologia e Política, em permanente expansão quantitativa e geográfica. Quando se analisa a evolução das ciências sociais no Brasil é ao conteúdo da produção intelectual ao longo desses cento e cinquenta anos que se está considerando.

Menos de meio século após a Independência do País já Sílvio Romero publicava uma *História da Filosofia no Brasil* e em sua *História da Literatura Brasileira* reservava espaço para os estudos sociais⁷. Ele próprio grande curioso e militante dos estudos sociais, exemplifica Sílvio Romero a preocupação de refletir por assim dizer sobre a própria reflexão que acom-

panha o primeiro meio século das especulações políticas e sociais no Brasil. É curioso portanto observar como é escasso o número de investigações relativamente recentes sobre o desenrolar do pensamento político e social brasileiro. Talvez seja este um dos aspectos que permitem entender o fato de que a maioria das hipóteses formuladas a partir da segunda metade da década de 50 sobre os processos sociais brasileiros mais importantes, incluindo as que foram produzidas nesta primeira metade dos 70, não faz senão repetir, embora de maneira mais sofisticada, as especulações dos 20 e dos 30. Ainda mais interessante, diversas linhas de investigação entreabertas pelos estudiosos sociais de quarenta anos atrás permanecem inexploradas, fíam virgem à espera de continuadores, ou de quem as repita com sabor de novidade.

Outro fator igualmente importante na explicação da fra-tura, da descontinuidade manifesta, do pensamento político-social brasileiro terá sido, por certo, o interlúdio autoritário de 1937 a 1945, soterrando sob a dupla barreira da coação e da propaganda alguns dos mais estimulantes "esforços de teorização da realidade nacional"⁸. A geração que começa a produzir em meio à década de cinquenta formou-se intelectualmente ou sob a influência praticamente exclusiva do Estado Novo, e ignorando em larga medida a história crítica do passado brasileiro, inclusive a história crítica do passado cultural, ou sob a influência concorrente de cientistas sociais visitantes, enfáticos na suposição de que apenas recentemente as disciplinas sociais teriam alcançado sua maioridade, como decorrência da fixação de padrões universais de trabalho científico. A aceitação de critérios estritamente conectados ao artesanato intelectual, como medida suficiente de avaliação da qualidade da especulação social — tal como aparece nos artigos de Florestan Fernandes, por exemplo —, teria de levar à desconsideração da produção intelectual brasileira do passado.

Assim, um período autoritário, associado à influência de alguns visitantes ilustres e à inexistência de uma organizada tradição acadêmica de estudos históricos, contribuíram para a aparente desconinuidade entre o pensamento político-social brasileiro contemporâneo e o passado próximo. Ademais, reforçaram atitudes que assumiam ser o estudo da história do passado cultural inteiramente irrelevante. É compreensível pois que a lista de estudos sobre o tema seja curta e de sofisticação duvidosa. Não obstante, os poucos artigos e livros publicados sobre o tópico remetem a problemas suficientemente importantes para que deles se faça sumária recensão.

- Salvo engano, os mais significativos estudos sobre a produção brasileira na área das ciências sociais são os seguintes:
- 1943 — Azevedo, Fernando de — *A Cultura Brasileira — Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*; vol. 1 da Série Nacional do Recenseamento Geral do Brasil — 1-9-1940, IBGE, Rio de Janeiro.
- 1950 — Menezes, Djacir — “La Science Politique au Brésil au cours des trente dernières années”, in UNESCO, La Science Politique.
- 1955 — Costa Pinto, L. A. e Carneiro, Edson — *As Ciências Sociais no Brasil*, CAPES, Série Estudos e Ensaios, 6.
- 1955a — Guerreiro Ramos, A. — “Esforços de Teorização da Realidade Nacional Politicamente Orientados, de 1870 a Nossos Dias”. Conferência no I Congresso Brasileiro de Sociologia, São Paulo.
- 1955b — Guerreiro Ramos, A. — “A Ideologia da ‘Jeunesse Dorée’”, *Cadernos de Nosso Tempo*, 4 **.
- 1956 — Guerreiro Ramos, A. — “O Inconsciente Sociológico — Estudo sobre a Crise Política no Brasil na Década de 30”, *Cadernos do Nosso Tempo*, 4 **.
- 1956 — Menezes, Djacir — *La Sociologia en Brasil*, in George Gurwitsch e E. Moore (eds.), Sociologia del Siglo XX, edición argentina con estudios sobre la sociologia en los países latinoamericanos, bajo la dirección de Oreste Popescu, T. II, El Ateneo, Buenos Aires.
- 1956 — Azevedo, Fernando (coordenador) — *As Ciências no Brasil*, São Paulo, 2 vols. ***.
- 1956 — Fernandes, Florestan — “Ciência e Sociedade na Evolução Social do Brasil”, *Revista Brasileira*, 6 ****.
- 1957 — Fernandes, Florestan — “Desenvolvimento Histórico-Social da Sociologia no Brasil”, *Anhembi*, 75/76 ****.
- 1958 — Fernandes, Florestan — “O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros”, *Estudos Sociais e Políticos*, 3, Universidade de Minas Gerais ****.
- 1961 — Guerreiro Ramos, A. — “A Ideologia da Ordem”, in *A Crise do Poder no Brasil*, Rio de Janeiro.
- 1961 — Sodré, Nelson W. — *A Ideologia do Colonialismo*, ISEB, Rio de Janeiro.
- 1967 — Santos, Wanderley Guilherme — “A Imaginação Político-Social Brasileira”, *Dados* 2/3.

24

- 1969 — Carone, Edgar — “Coleção Azul, Crítica Pequena, Burguesa à Crise Brasileira de 1930”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 25/26, Belo Horizonte.
- 1970 — Santos, Wanderley Guilherme — “Raízes da Impugnação Política Brasileira”, *Dados* 7, Rio.
- 1974 — Lamounier, Bolívar — *Ideology and Authoritarian Regimes: Theoretical Perspectives and a Study of the Brazilian Case*. Ph. D. Dissertation, University of California at Los Angeles, Cap. 9.
- 1974 — Trindade, Helglio — *Integralismo (O Fascismo Brasileiro na Década de 30)*, 2.ª parte, Difel, São Paulo.

De acordo com as fontes mencionadas, a história do pensamento social brasileiro é composta pelas obras de aproximadamente cem estudiosos. Se se exclui da lista de cem autores que começaram a produzir mais recentemente, isto é, a partir da década de 40, e também os críticos literários e panfletários listados por Fernando de Azevedo, sobram apenas cerca de meia centena de nomes, dos quais mais da metade é reconhecida, ou mencionada explicitamente, por apenas uma das fontes. Quais têm sido os critérios de seleção e análise utilizados na pesquisa e investigação da formação e desenvolvimento das disciplinas sociais no Brasil?

É possível agrupar as análises do pensamento político-social brasileiro segundo três modalidades principais: a matriz institucional, a matriz “sociológica” e a matriz “ideológica”. Todas as modalidades constituem classificações meramente utilitárias, para servir aos fins da presente exposição, e serão a seu tempo esclarecidas.

Por matriz institucional entende-se a organização, classificação e avaliação da evolução do pensamento social brasileiro, segundo marcos organizacionais e institucionais. Fazem parte deste grupo Costa Pinto e Carneiro, Florestan Fernandes¹⁰, Fernando de Azevedo e Djacir Menezes (texto de 1950). O texto de Costa Pinto e Carneiro resultou de uma pesquisa promovida pela Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Secundário (CAPES), a fim de dar conta “dos objetivos práticos e das perspectivas concretas, culturais e profissionais, com que detronam os cientistas sociais brasileiros”¹¹. Entende-se assim que 1930 seja tomado como ponto inicial da periodização e que esta contemple apenas marcos legais e institucionais¹². Tratava-se, a rigor, de conhecer o estágio organizacional e institucional da profissão de cientista social e por isso a ênfase é estritamente legal. O resultado contido é

25

que o texto não oferece, talvez não tenha sido nem mesmo sua intenção latente, uma história das Ciências Sociais no Brasil, mas antes uma cronologia das etapas da institucionalização educacional da atividade dos cientistas sociais brasileiros.

Compromisso diferente, todavia, e mais grave, é assumido por quem lê na periodização institucional uma periodização epistemológica, ou teórica. Tal é o caso de Diácor Menezes e Florestan Fernandes para os quais a oficialização dos estudos sociais no Brasil, sob forma de sua organização burocrática universitária, coincide com a difusão de técnicas modernas de investigação social — os estudos de campo por amostragem, o questionário, a entrevista —, e assinalam a passagem no tempo do período pré-científico para o período científico da investigação social no Brasil. Cito aqui o texto de Menezes onde se expõe com absoluta clareza a matriz institucional de análise da evolução das disciplinas sociais no Brasil: "Aux environs de 1930, avec l'accroissement de l'importance prise par les questions économiques, se fit sentir la nécessité de créer des nouvelles institutions d'enseignement supérieur, académies de commerce, facultés d'économie et d'administration et facultés de philosophie. C'est alors seulement qui purent se développer les techniques d'analyse objective en matière sociale, l'enquête statistique, la monographie, le questionnaire — en somme la méthode scientifique appliquée aux études des relations humaines" (...). "Après la fondation des facultés de philosophie à Rio et São Paulo, le gouvernement s'assure la collaboration de professeurs étrangers éminents, notamment dans le domaine de la science politique et de l'économie politique"¹³. Esta mesma percepção é repetida por Florestan Fernandes¹⁴ e por Fernando de Azevedo¹⁵. É basicamente à institucionalização das atividades científico-sociais que se atribui o caráter de divisor de águas entre o período pré-científico e o período científico da produção intelectual brasileira. Embora rudimentar, tal periodização tornou-se de certo modo clássica.

As conseqüências da aplicação desse esquema são evidentes. Dado que o período científico das ciências sociais no Brasil se inicia com a criação de cursos superiores, a importância de professores estrangeiros e a introdução das técnicas de investigação de campo, e dado que isso só se verificou no segundo quartel deste século, segue-se que a exposição da história do pensamento político-social brasileiro é extremamente simples: até o segundo quartel deste século produzi-ram-se ensaios sobre temas sociais, a partir de então produ-

ziu-se ciência. Considerando-se ademais que qualquer que tenha sido a quantidade ou qualidade da produção do primeiro período ela é irrelevante para o progresso da ciência, torna-se desnecessário qualquer investigação sobre que autores pertencem ao passado cultural do país, ou sobre o modo pelo qual pensaram o social. O interesse histórico se resumiria a catalogar a produção do primeiro período (pré-científico) pela temática e a explicar de que modo as variações na estrutura da sociedade introduziram modificações na temática pré-científica¹⁶. Ora, a historiografia que ordena o passado em função do presente, e assumindo o presente como o "moderno", está desarmada para entender as exatas articulações do desenvolvimento intelectual da humanidade. A rigor, está desarmada até para entender o presente, pois, "on est toujours 'moderne', à toute époque, lorsque l'on pense à peu près comme ses contemporains et un peu autrement que ses maitres"¹⁷.

Por matriz "sociológica" entende-se a análise que se desenvolve tomando como parâmetro características da estrutura econômico-social, quer, como no caso de Fernandes agora mesmo citado, para explicar variações ocorridas sobretudo no conteúdo das preocupações dos investigadores sociais, como decorrência de modificações processadas na estrutura sócio-econômica, quer, em casos extremos, para deduzir os atributos ou dimensões do pensamento social dos atributos e dimensões do processo social. A última alternativa pode ser exemplificada pela fórmula posta em curso pelo *Instituto Superior de Estudos Brasileiros*, na segunda metade da década de 50, de que tudo é colonial na colônia¹⁸.

Não seria despropositado, creio, sugerir que fazem parte deste grupo Florestan Fernandes, sobretudo em seus textos de 1956 e 1957, Edgar Carone, Nelson Werneck Sodré e Helglio Trindade. Em "Ciência e Sociedade na Evolução Social do Brasil", Fernandes estipula que o aparecimento do saber racional como esfera dinâmica da vida social depende da mobilidade material da vida da coletividade. Na sociedade escravagista brasileira, continua Fernandes, os próprios fundamentos da sociedade impediam a constituição de um saber daquele tipo. Com a industrialização e o aparecimento das classes a sociedade se organiza de tal modo que requer a constituição de um saber racional para dar resposta aos problemas colocados por essa nova sociedade.

De que modo esse processo se desenvolveu no Brasil nos é revelado em outro texto¹⁹. Segundo Fernandes, a análise de índole positiva começa a esboçar-se em fins do século XIX.

É a primeira fase da reflexão social no Brasil, que se caracteriza pelo fato de que a intenção última dos analistas não consiste propriamente em realizar investigações sociológicas, mas o de levar em consideração fatores sociais para o entendimento dos fenômenos jurídicos, literários etc. A segunda fase, que iria aproximadamente do virar do século até 1925, corriam, utilizando um modelo mais complexo de análise, de que não estariam ausentes as disposições de intervenção no processo social. Finalmente, a terceira fase, caracteristicamente, seria marcada pela preocupação de subordinar o trabalho intelectual aos padrões universais de trabalho científico sistemático. A década de 50, por suposto, estaria assistindo ao florescimento definitivo dos estudos sociais científicos no país.

Assim, a evolução das ciências sociais resulta, em verdade, da junção de dois processos: por um lado é necessário que a sociedade seja suficientemente complexa para que se torne a intervenção racional nas interações sociais; de outro, é também indispensável que a disciplina já se tenha de tal modo desenvolvido que possa responder ao desafio e às exigências do processo social. A conjunção dos dois processos ter-se-ia dado, no Brasil, em seqüência à desagregação da sociedade patrimonial escravista, e concomitante aparecimento e diferenciação da sociedade de classes, e à absorção da parafarmácia metodológica e técnica própria do trabalho científico moderno.

Os dois textos de Florestan Fernandes assinalam o ponto máximo a que atingiu a matriz "sociológica" na análise do pensamento social brasileiro. Com freqüência o que se encontra são tentativas "manqueas" de sociologia do conhecimento, onde sociais seriam evidências suficientes para demonstrar a relação de dependência funcional entre o conteúdo do que se pensa e exatamente o que incumbe demonstrar, isto é, que os processos sociais são de racionalidade cristalina, a qual pode ser captada imediatamente, com escassa possibilidade de engano, permitindo assim aos autores sociais descobrirem facilmente onde se encontram os seus interesses. É sintomático que em nenhuma análise que simplesmente se tenha equivocado intrinsecamente quanto a seus interesses de classe, diante das virtualidades do processo objetivo. No máximo obtêm-se a indicação de que este ou aquele autor falhou no seu *prognóstico* porque não percebeu

que a defesa ou implementação dos interesses de sua classe era de todo inviável, ou pelo menos difícil nos termos pretendidos pelo autor, tendo em vista as condições objetivas do processo histórico que faziam com que as demais classes, também conscientes e ciosas de seus próprios interesses, se organizassem para defendê-los. Jamais entretanto admite-se que o autor se tenha equivocado quanto ao *diagnóstico* que faz da situação social e que, consequentemente, a forma de explicar mais simplesmente seu pensamento seria a de que, de acordo com o critério de interesse de classe, ele simplesmente estava errado.

À posteriori todos os pensamentos podem ser remetidos à estrutura social de uma ou de outra maneira, bastando certo exercício de imaginar as mediações necessárias, quer de natureza sociológica, quer de natureza psicológica, se o objetivo é referir a reflexão social a esta ou aquela condição objetiva da sociedade — assumindo-se que estamos bastante certos do que significa "condição objetiva da sociedade".

Outros textos "sociológicos" não tentam contudo nem mesmo a multiplicação de mediações para tornar a explicação persuasiva. Contentam-se em descrever alguns aspectos da situação social e, a seguir, expor as idéias dos autores, como se fosse evidente a relação entre ambas. Este é o caso, por exemplo, de Edgar Carone na análise que faz dos autores que publicaram seus pequenos volumes na *Coleção Azul*, de curta duração (foram publicados apenas cinco volumes), a princípios da década de 30. Depois de estabelecer a conexão entre a desagregação da oligarquia conservadora brasileira, o crescimento da pequena burguesia e o fenômeno do tenentismo — depois de estabelecer, isto é, depois de postular —, afirma que a *Coleção Azul* pretendia ser naquele "clima de decepção e incertezas posterior à revolução de 1930, um instrumento de análise e orientação ideológica da pequena burguesia"²⁰. Após o que, Carone restringe-se a desfilas as opiniões dos autores da *Coleção*, um por um, às vezes capítulo por capítulo, sem a menor tentativa de mostrar como, onde e por que aqueles autores podem ser entendidos ou estão de algum modo relacionados aos fenômenos sociais sumariamente descritos na primeira parte do artigo. E contudo nem mesmo a descrição literalmente exaustiva que faz dos autores lhe permite ver as profundas discrepâncias de percepção, análise e às vezes de preferências políticas entre, por exemplo, Virgínio Santa Rosa e Alindo Sodré ou, em outro exemplo, entre Martins de Almeida e Afonso Arinos de Melo Franco. Com efeito, a sensação que se obtém é a de que o recurso pouco sofisticado à descrição

sociográfica ademais de não ajudar o crítico a compreender o pensamento dos autores que analisava impediu-o de apreender inclusive o sentido dos textos que lia.

Já Helglio Trindade promove completa confusão, em seu trabalho, dos conceitos de autoritarismo, corporativismo, fascismo, extrema-direita e eventualmente até monarquia, o que o leva a atribuir a movimentos ou personagens de direita comportamentos, características e opiniões que podem ser atribuídos autoritários, porém não necessariamente de direita. Considerar-se por exemplo uma das passagens em que procura caracterizar a orientação fascista do líder do movimento integralista brasileiro, Plínio Salgado. Plínio Salgado, diz Trindade, engadira-se na corrente fascista porque sustentava a opinião de que "só os governos fortes, que dispõem da verdadeira autoridade, poderão realizar um dia os entendimentos necessários para impor ao mundo contemporâneo um ritmo seguro".²¹. Ora, opinião semelhante não é apenas insuficiente para caracterizar qualquer fascismo, ele não permite nem mesmo a diferenciação de autoritarismo pois *pode e tem sido sustentada por inúmeros liberais*.

Em outra passagem, a caracterização do fascismo de Salgado decorre de sua predisposição para a ação. De acordo com Trindade, "essa predisposição para o engajamento de Salgado não é somente resultante de um ato de vontade individual, mas se insere no contexto de ascensão das idéias de extrema-direita após a tomada do poder pelos revolucionários obrigados a concluir que toda a mobilização socialista da época, levada a efeito por alas da *Aliança Nacional Libertadora*, o envolvimento dos tenentes e a agressividade do Partido Comunista Brasileiro devem igualmente ser entendidas dentro do contexto da ascensão das idéias autoritárias, melhor dizendo, de extrema-direita. A radicalização de uma crise política, fenômeno largamente conhecido como responsável pela intensificação da participação política, passa despercebida aos olhos de Trindade.

E a que idéias de extrema-direita se refere Trindade? Logo ao iniciar-se o capítulo em que analisa a ascensão eutropéias faz da década de 30 no Brasil um período de ascensão de idéias radicais da direita"²³. Desde logo convém advertir que o título do capítulo se refere a idéias autoritárias, agora identificadas a idéias radicais de direita, e logo a seguir também identificadas como "literatura antiliberal"²⁴. Quer dizer, para

Trindade não há distinção entre idéias antiliberais, autoritárias e radicais de direita. Elas são *coterminis*, isto é, denotam precisa e exatamente as mesmas coisas para Trindade e por isso ao longo do capítulo, sem pressentir qualquer dificuldade analítica, trata como equivalentes enquanto antiliberais, quer dizer, enquanto autoritários, isto é, enquanto radicais de direita, Plínio Salgado, Virgínio Santa Rosa, Octávio de Faria, Afonso Arios de Melo Franco, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, e outros. E por que não? Se todos os autoritários, todos os antiliberais (que, diga-se logo, não quer dizer necessariamente a mesma coisa), são radicais de direita, então, na época de 30, de acordo com a visão analítica de Trindade, só não eram radicais de direita os que propunham a reconstitucionalização do país, eleições como antes e o jogo de poder *comme d'habitude*, isto é, precisamente à parte da oligarquia autortária e conservadora que havia sido aliada do poder.

A indistinção, em verdade confusão entre conceitos que Trindade desenvolve em seu trabalho, leva-o a percorrer exatamente o caminho inverso do conhecimento, que consiste em garantir distinções significativas cada vez mais nuancadas e finas, permitindo perceber a diferença, o diverso, ali onde a visão deseducada vê apenas a mesma coisa. De fato, a matriz "sociológica" de análise alcançou seu melhor momento com Florestan Fernandes, cujas análises são seguramente estimulantes e férteis de sugestões, e aqui queceu-se pouco com o que subsequentemente se produziu ao longo de esquema semelhante.²⁵

Finalmente, por matriz "ideológica" entende-se a precupação de analisar os textos brasileiros de reflexão social com o objetivo explícito de buscar sua caracterização conceitual própria, independentemente dos azares conjunturais da empiria. Não se trata de afirmar que a empiria histórica é irrelevante para a formação do pensamento social, nem que esse mesmo pensamento não se refira em algum momento ao transcurso histórico. Apenas se reivindica a diferenciação e análise conceitual como procedimentos legítimos e necessários na aproximação adequada dos determinantes estritamente conceituais do presente.

Tal é o caso de Guerreiro Ramos, cujos textos escapam às matrizes anteriormente descritas e certamente se constituem como os mais estimulantes até o início da década de 70. Nas diversas oportunidades em que abordou o problema, Guerreiro Ramos utilizou sempre o critério de ordenar a produção intelectual brasileira do passado de acordo com o método (indutivo

ou dedutivo) empregado pelos diversos autores estudados para produzirem suas categorias de análise. Para Guerreiro Ramos decorre do andamento indutivo ou dedutivo do pensamento Empirista radical — embora provavelmente recusasse esta designação — supõe que é possível esvaziar a mente por completo e deixá-la impregnar-se das determinações do real que, indutivamente, na terminologia de Guerreiro, iria imprimir no mundo sua marca no pensamento, com o menor risco de equívoco possível.

É bastante discutível a noção de Guerreiro Ramos sobre o que sejam procedimentos indutivos ou dedutivos, e mesmo se nos autores que analisa se verifica efetivamente a utilização de tais processos, mas o que importa principalmente considerar é que sua visão do problema é muito mais elaborada do que as demais e, de saída, liberta o ordenamento da produção intelectual brasileira dos acidentes da cronologia temporal. Ao enfatizar uma peculiaridade teórica do pensamento social — ter suas categorias produzidas por indução ou dedução — é possível reinterpretar os produtos culturais brasileiros e aproximar, por exemplo, Tristão de Alhayde de Teixeira Mendes. O acidente de ter nascido alguém no século passado não o condenaria, *ipso facto*, a ser um fracassado postulante ao ingresso na comunidade científica.

Finalmente merece referência o capítulo dedicado por Bolívar Lamounier, em sua dissertação, à análise da especulação parilha com o de Trindade a característica de dissolver as nuances e as diferenças, onde elas existem, e afirmá-las onde elas são irrelevantes. Partindo de uma confusa noção de "ideologia de Estado", não esclarece jamais se quer dizer que existem ideologias políticas que não impliquem uma noção de Estado. As vezes parece afirmar que sim, quando por exemplo sustenta que existem duas matrizes ideológicas entre as ideologias dominantes a respeito do desenvolvimento da Europa ocidental — o modelo competitivo, de mercado, e o conceito normativo de Estado²⁶. Neste caso, Lamounier está aceitando a tese "ideológica" de que o modelo de mercado não implica um conceito normativo de Estado — o que contraria qualquer análise séria das relações entre o aparelho burocrático do Estado e os diversos grupos sociais —, de Karl Polanyi e Laski a C. B. Macpherson e de Locke a Marx. Ou então o modelo de mercado traz implícita uma noção normativa do Estado — e nesse caso a dicotomia e diferenciação estabelecida por Lamou-

nier em torno de ideologias de Estado está fora de foco e realmente nada diferencia.

Ao lado de confusões conceituais, a análise de Lamounier parece às vezes concordar com a mais estrita concepção determinista, quando diz, por exemplo, que vê a ideologia de Estado, em larga medida, como o espelho fiel da sociedade e dos conflitos através dos quais ela é transformada²⁷. Trata-se talvez aqui de uma simplicidade, pois de algum modo qualquer ideologia reflete, como diz Lamounier, em *alguma medida fielmente* (quando ambas as afirmativas podem ir junto, quer dizer), a sociedade e seus conflitos. Se entretanto não se trata de uma banalidade mais de uma afirmação epistemológica sistemática, então é curioso que Lamounier não tenha percebido que uma das dimensões de sua crítica à suposta ideologia do Estado, no Brasil, aplica-se inteiramente à posição epistemológica, sua, que acabo de descrever.

De fato, ao criticar com razão a concepção objetivista da ideologia do Estado, no Brasil, afirma Lamounier que ela implica a presunção de uma correlação unívoca entre a realidade e a forma institucional apropriada a ela²⁸. Todavia, sua posição relativa à ideologia do Estado exibe precisamente a mesma característica, onde a correspondência não se dá entretanto entre a realidade e as instituições políticas, mas entre a realidade e o fiel espelho — a ideologia — que a reflete.

De que modo então é possível fazer justiça ao desdobramento dos diversos esforços para captar, explicar, eventualmente sugerir modificações nos processos sociais? A menos que se admita apenas a existência de um único ponto de vista adequado para avaliar corretamente esse desdobramento, se é obrigado a convir que o ordenamento da história da investigação social, não somente no Brasil aliás, pode ser realizado com maior ou menor capacidade de persuasão de acordo com os alvos que se tem em mente. Assim, se o objetivo consiste em descrever os diversos estilos de análise que se sucederam no tempo estará bem realizada a história que o fizer de maneira exaustiva, pertinente e bem articulada. Se, entretanto, a meta for investigar em que medida a reflexão social acompanhou ou identificou acertadamente os fenômenos sociais que se propunha analisar, então o critério de ordenamento e de exposição há de variar concomitantemente.

Subentendida a toda controvérsia sobre a melhor forma de escrever a história, qualquer história, jaz a questão da unicidade ou multiplicidade dos objetos do conhecer, e a do estatuto de seu modo de existir. Algo simplificada e po-

de-se admitir duas possibilidades. Aceita-se que o significado real dos diversos fenômenos sociais — entre eles o da reflexão sobre fenômenos sociais, aqui tomado como um fenômeno social ela própria, isto é, como um objeto posto aí para ser desenvolvido — é concentrado e único, mais apropriadamente dito, e que compete à história do conhecer articular conceitualmente esse sentido unívoco e sua evolução temporal. Nesta alternativa a história do pensamento social, ou da investigação, ou das disciplinas sociais, possui um objeto preciso, claro, que ou bem é conhecido ou não é, e tudo aquilo que escapa a esta intenção deixa de ser relevante, por errada, como história das idéias.

Outra premissa consiste em admitir que qualquer conjunto de idéias produzidas em determinado momento — como é característico dos fenômenos sociais — produz um complexo social — e a produção de uma idéia é um ato social — fica ao mesmo tempo aquém e além das intenções de quem o realizou. Aquém porque frequentemente não se obtém com ele os objetivos buscados, e além porque se produzem efeitos não antecipados pelo autor. Quando se busca conhecer um ato social, em consequência, não se está *a priori* determinado pela univocidade de um objeto, que marcaria de antemão o único conhecimento significativo sobre ele, mas ao contrário constrói-se conceitualmente esse objeto, que participa assim de duas ordens: a ordem da articulação dos fenômenos e a ordem de articulação dos conceitos²⁰. É possível, por exemplo, investigar a história das idéias com o objetivo de verificar de que maneira esta ou aquela doutrina contribuiu para a mudança de percepção sobre os problemas, ou é possível investigar buscando descobrir os sistemas que mais influíram na produção mais freqüente do período, ou é ainda possível analisar de que maneira as idéias serviram ou não ao propósito de ficar ou de defender determinada organização social, ou ainda uma vez, que avanços metodológicos propiciaram. Existe uma distância razoável entre *Teorias sobre a Mais-Valia*, de Karl Marx, *O Crescimento do Radicalismo Filosófico*, de Karl Halévy e *A Grande Transformação*, de Karl Polanyi, e, não obstante, em certo sentido, estão investigando o mesmo objeto, embora ao mesmo tempo não o estejam. Qual deles constitui a verdadeira história da ideologia capitalista burguesa? E de que modo entender o fato de que seja possível tratar aos três como dimensões equivalentes de um mesmo objeto do conhecer não como descrições mais ou menos aproximadas e fiéis de

uma mesma realidade, entre as quais uma será verdadeira e as demais falsas?

A evolução das ciências sociais no Brasil, esquecido o critério institucional-legal e também o formalismo estreito que consiste em desprezar as investigações sociais que foram produzidas de maneira pouco sofisticada, pode ser ordenada de acordo com a evidência empírica mais simples, em função do conteúdo manifesto dos trabalhos publicados. Não é difícil, exercitando este tipo de ordenação, revelar a coincidência entre o conteúdo de questões discutidas e a agenda de problemas sociais e politicamente importantes. Desde meados do século XVIII que o problema da Independência do país começa a ser articulado de maneira mais clara, consistente e persistente. O desejo de autonomia irá manifestar-se nas diversas revoltas contra o domínio português que pontilham o século e, também, na atividade literária dos intelectuais e poetas que se viram envolvidos em uma das mais importantes delas — a Independência Mineira. Os lugares, as gentes, os ofícios e as profissões descritas poeticamente por Tomaz Antonio Gonzaga e Cláudio Manoel da Costa, dois dos mais famosos poetas do Brasil Colonial e destacados participantes da rebelião, são caracteristicamente brasileiros, não obstante a não inventividade formal da arte poética que subscrevem. Mas é evidentemente em torno do episódio político da Independência e da problemática da organização do Estado que se sucede que se travarão os principais debates políticos e se formularão as análises mais importantes do Brasil durante o século XIX.

Uma vez conquistada a autonomia perante a metrópole portuguesa, dois temas assumirão imediatamente a primazia sobre todos os demais: de que maneira organizar o novo Estado e de que maneira organizar politicamente a sociedade que se constituía. O primeiro tema se traduzirá nas análises e debates acerca da centralização *versus* descentralização e da legitimidade ou não da instituição do Poder Moderador e do Conselho de Estado. As principais obras que se publicam durante os primeiros cinqüenta anos de vida nacional independente irão formular, criticar e reelaborar argumentos a favor ou contra uma e outra das alternativas. A esse grupo pertencem os trabalhos *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, de Pimenta Bueno, *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, do Visconde do Uruguai, *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*, de Zacarias de Góes e Vasconcelos e *Do Poder Moderador*, de Braz Florentino Henrique de Souza, assim como os panfletos de crítica que então se

publicavam, entre os quais devem ser referidos o *Libelo do Povo*, de Sales Torres Homem, *Ação, Reação, Transação*, de Justiniano José da Rocha e *A Confederação dos Divinos*, de Antonio Ferreira Vianna³⁰. Todos os textos citados estão envolvidos com as questões anteriormente mencionadas, e delas se compôs a tessitura da história política do período.

As tentativas de descentralização e autonomia regionais em relação ao Poder central manifestam-se no Brasil já antes da Independência, em Pernambuco, por exemplo, em 1817, e 1824, tendo como um de seus líderes Frei Caneca, cujas idéias republicanas, bem mais do que simplesmente favoráveis à monarquia descentralizada, podem ser encontradas em suas *Obras Políticas e Literárias*³¹. Até aproximadamente 1845 eclodem ainda as rebeliões no Maranhão, no Rio Grande do Sul e no Pará, estimuladas, segundo os centralizadores da época, pela legislação liberal que então contribuía para o esfacelamento do Império, ou seja, pelo excesso de descentralização, enquanto os descentralizadores atribuíam à excessiva centralização a responsabilidade pelos mesmos acontecimentos. Levando vantagem os conservadores, reforma-se a legislação política-administrativa do país, no início da década dos 40, extinguem-se os focos de resistência à predominância do Poder central e intensifica-se o debate acerca da organização política do país, do qual também participa Tavares Bastos com suas *Cartas do Solitário, A Província e Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro*³².

Ao mesmo tempo desdobram-se os combates jornalísticos, parlamentares e intelectuais sobre a sociedade política brasileira, resumidos e concentrados na discussão sobre a legislação eleitoral, a votação censitária, as juntas de reconhecimento, e toda a maquinaria destinada a garantir a representatividade nacional nas assembleias políticas. Quem deve e quem não deve participar da vida política nacional? Como instrumentalizar essa participação e defendê-la dos atentados para fraudá-la? As diversas e sucessivas modificações na legislação eleitoral exibem especialmente o peso político conjuntural de cada uma das facções — o que pode ser acompanhado através da consulta à compilação de Francisco Belizário, *Sistema Eleitoral do Brasil*³³.

Até as vésperas da década de 70 os temas da centralização versus descentralização, legitimidade ou não do Poder Modificador e do Conselho de Estado, e variantes eleitorais, mantêm

o monopólio da atenção dos atores políticos. Então, em 1868, importante e prestigioso grupo dissidente do Partido Liberal cria o Partido Liberal-Radical, dando início à desagregação política do Império. Ao Partido Liberal-Radical segue-se, em 1870, o Partido Republicano, ao mesmo tempo em que começa a agitação em favor da abolição do trabalho escravo³⁴. Este foi também o ano do término da Guerra do Paraguai, da qual surge um exército nacional relativamente organizado, com o prestígio de haver vencido uma guerra, e consequentemente credor da gratidão nacional, e vulnerável a pregações modernizadoras, especialmente aquelas que contemplassem um regime onde a ordem, a disciplina, e evidentemente seus garantidores, fossem prezados e cultivados. Simultaneamente iniciava-se a influência do positivismo no ambiente intelectual brasileiro, com origem na agitação intelectual de Tobias Barreto e Sívio Romero no norte do País, o qual irá influenciar toda uma geração de militares doutrinados por mestres convertidos ao positivismo³⁵.

Os vinte anos subsequentes serão marcados pelos debates intensificados em torno da velha questão centralização-descentralização, agora radicalizada pela pregação republicana, e a nova polêmica a respeito do trabalho escravo. Os anos que antecedem a Proclamação da República, em 1889, são os anos de agonia do sistema sob o qual vivera o país desde 1822, cuja trama política é analisada com razoável perícia por Joaquim Nabuco em vários de seus trabalhos³⁶.

É já na República que iremos encontrar análises complexas sobre a organização política e social brasileira, primeiro com as publicações de Alberto Torres e, na década de 20, com algumas das mais importantes investigações de Oliveira Vianna e Gilberto Freire³⁷. Agora adquirem preeminência os temas relativos à formação histórica do país, as inter-relações entre sua estrutura econômica e social e sua estrutura política, os problemas da oligarquização política, seus condicionantes e efeitos, o jogo das raças, o conflito potencial entre elas e o tipo de organização social provável em país como o Brasil, a função do Estado, os limites do privatismo e a definição da legitimidade do poder público. Enfim, durante sobretudo a década de 20 elaborava-se complexa e extensa agenda de problemas, em decorrência praticamente exclusiva da obra de dois sofisticados e argutos analistas, Oliveira Vianna e Gilberto Freire. É essa agenda que irá capturar a formação de uma nova geração de analistas, cujos ensaios e investigações surgiram em grande quantidade após a revolução de 1930.

A revolução de 1930 inaugura nova fase na vida política e social brasileira. Desde o início da década anterior que a sociedade urbana brasileira viera se agitando, inconformada com as rotinas e esquemas estabelecidos durante toda a Primeira República. Em 1922 funda-se o Partido Comunista Brasileiro, explode a Semana de Arte Moderna, manifestação literária, letradas, e irrompe a primeira da série de turbulências militares lideradas por tenentes. Toda essa inquietação social desembocará na revolução de 30, na reorganização do Poder e no início de uma época cujo significado contínuo provavelmente jamais será esclarecido definitivamente e para satisfação geral. Recebeu-se a existência *civil* do proletariado urbano, com direitos e interesses diferenciados legítimos, ao custo todavia de expulsar a participação no processo político, com o golpe de 1937, pela via eleitoral ao menos, a classe média — que pretendia ser colocada sob controle político e movimento operário pela organização estatal de uma estrutura sindical centralizada e sob vigilância do governo.

Entre 1930 e 1939 produzem-se no Brasil as mais argutas análises sobre o processo político nacional, elaboram-se as principais hipóteses sobre a formação e funcionamento do sistema social, e articula-se o conjunto de questões que, em verdade, permanecerão até hoje como o núcleo fundamental embora não exaustivo de problemas a serem resolvidos teórica e praticamente. Os debates se iniciam pela própria significação da revolução de 30, envolvem os militares e sua relação com as demais forças sociais, retomam-se a questão da centralização, investigam-se as origens da crise nas sociedades modernas, estuda-se o impacto das sociedades avançadas em sociedades primitivas e das massas no desenvolvimento social, esmiuça-se o passado nacional, pesando-se a contribuição de cada agrupamento econômico e social, elaboram-se os mais variados programas e projetos sobre a provável evolução do sistema nacional. A emergência de movimentos autoritários, nacionalmente organizados, oferece novo material à especulação política sobre o papel dos partidos, das massas e das elites, enquanto o imediato passado, com as rebeliões tenentistas, e os surtos comunista e integralista, em 1935 e 1938, descobrirão a temática da violência no processo político.

A quantidade e qualidade das análises empreendidas no período recomenda modestia em qualquer tentativa de síntese.

Sempre ficará de fora algo de significativo que não se deixa aprisionar pelos esquemas classificatórios, mesmo quando se procura simplesmente relacionar os temas presentes explicitamente nas obras. É viável contudo relacionar um conjunto básico de volumes que exprimem as diversas orientações presentes naquele período, e nos quais certamente se encontram discriminadas as interrogações principais da época²⁸. São conservadores, isto é, defensores da ordem social anterior a 30, são autoritários, são integralistas, são católicos, indecisos, revolucionários, inquietos. Sem preparação sistemática, embora muitas vezes revelando surpreendente familiaridade com a produção internacional pertinente, despreocupados quanto aos cânones acadêmicos, fixaram entretanto solidamente o repertório de problemas que, sob roupagens linguísticas as mais variadas, se vem transmitindo de geração em geração, até hoje.

O golpe de Estado de 1937 e as seqüências políticas a que deu oportunidade paralisaram pela coação e pela propaganda a incessante e múltipla atividade intelectual que procurava representar conceitualmente não apenas o passado mas em especial as virtualidades do processo político e social brasileiro. De resto, que poderiam valer as especulações e pesquisas, após 1937, se as diretrizes de políticas, as interpretações oficiais, os juízos definitivos sobre a verdade dos fenômenos sociais eram decididas burocraticamente pelos homens no governo e seus assessores imediatos segundo as conveniências do Poder? O sistema pós 1937 não se, distinguindo neste particular de nenhum sistema autoritário, de qualquer orientação. A controvérsia de idéias cedeu lugar às doutrinas oficiais e, em realidade, até às perseguições e prisões dos intelectuais rebeldes. Extinguiu-se desse modo o debate, a polémica, e com elas o estímulo à pesquisa e à investigação. Durante oito anos fecharam-se os canais de comunicação livre e após a queda da ditadura de Vargas, em 1945, foram necessários ainda quase dez anos para que a intelectualidade brasileira, agora alimentada pelos investigadores e cientistas sociais formados pelas Faculdades de Filosofia e Escolas de Sociologia criadas nos anos 30, acordasse da letargia que a tomara entrementes.

Dois movimentos culturais, um em verdade herdeiro do outro, merecem breve menção. Na primeira metade da década de 50 fundou-se, no Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política com o objetivo de promover cursos avulsos, isto é, não integrados no sistema universitário convencional, conferências e publicações. Os membros do Instituto vieram com efeito a publicar cinco números da revista

Cadernos do Nosso Tempo, antes que o IBESP se transformasse no ISEB — Instituto Superior de Estudos Brasileiros — órgão financiado pelo Ministério da Educação e Cultura, com a mesma finalidade do anterior, e que após intensa, atribulada, polêmica e curta existência veio a ser extinto por ato revolucionário do governo Castelo Branco, após a queda de João Goulart, em abril de 1964. Em *Cadernos do Nosso Tempo*, apareceram vários artigos importantes de Hélio Jaguaribe e de Guerreiro Ramos, entre outros, indispensáveis para a compreensão da década de 1950, onde começam a ser retomados os temas privilegiados da década de 30 e a linha de especulação sobre os condicionantes de uma política de autonomia nacional, presente já no centro do debate, desde a segunda metade do século passado, sobre a política de industrialização³⁹. Arguta discussão do fadimento do populismo, particularmente em São Paulo, é desenvolvida por Hélio Jaguaribe em um desses trabalhos⁴⁰, retomando uma preocupação com o problema da liderança carismática, abordado por Azevedo Amaral, na década dos 30, e antecedendo as brilhantes observações de Guerreiro Ramos, no início dos 60, e que permanecem como as únicas observações sobre as relações entre a liderança política e seus estilos que escaparam ao convencionalismo, às vezes solene porém não menos banal, do marxismo acadêmico⁴¹.

A afirmação e defesa da industrialização como passo estratégico em uma política de autonomia econômica, independência econômica como requisito indispensável da independência política, insistência na nacionalização do processo econômico e na inclusão das massas urbanas na coalizão política, que poderia dar suporte ao programa econômico, são alguns aspectos da propaganda isebiana, também retomando uma agenda que viera sendo elaborada desde a segunda metade do século passado. Em realidade, não há praticamente uma hipótese ou idéia desenvolvida pelo ISEB que não houvesse sido vocalizada anteriormente. O ISEB apenas as poliu, deu-lhes uma formulação em compasso com a época e, sobretudo, difundiu-as entre um público universitário e intelectualizado bem maior do que o que havia à disposição de Souza Franco, Amaro Cavalcanti e Serzedelo Correa. A atividade intelectual do ISEB deve ser entendida como uma atividade eminentemente política no sentido de que seus estudos, investigações e análises buscavam problemas e os examinavam a partir de um ângulo fundamentalmente prometido com a ação, interessado em produzir um entendimento das questões, vizinho à formulação de estratégias políticas. Cortado por ponderável número de conflitos ideológicos, teóri-

cos e políticos, foi o ISEB sacudido por sucessivas crises que indicavam as dificuldades que seus membros iam defrontando para interpretar os acontecimentos contemporâneos e, acima de tudo, para encontrar um denominador de ação comum.

A década de 50, e depois a de 60, testemunhou uma expansão crescente e acelerada das escolas superiores, o êxodo e o retorno de considerável número de cientistas sociais que buscaram no exterior maior qualificação, a especialização dos cientistas sociais e a produção crescente de estudos e investigações. Hoje as disciplinas sociais estão relativamente bem institucionalizadas, as orientações de trabalho, teórico ou metodológico, bem diversificadas e a produção suficientemente ampla para ser reduzida a um sumário que possa ser útil. Vista pelo ângulo da empiria simples e tomando em consideração o conteúdo manifesto da produção intelectual, assim pois se poderia traçar a evolução das Ciências Sociais no Brasil.

O conteúdo manifesto das análises sociais, contudo, não é obviamente o único critério que permite ordenar e de algum modo encontrar uma *rationale* na evolução das disciplinas sociais no Brasil. Guerreiro Ramos, por exemplo, buscou apreender o sentido da evolução das investigações sociais segundo a metodologia dedutiva ou indutiva que, segundo ele, poderia ser nela detectada. De seu lado Nelson Werneck Sodré foi capaz de perceber escassa evolução, se alguma, de Azeredo Coutinho a Oliveira Vianna se consideramos os pensadores sociais brasileiros, seguindo a Sodré, de acordo com o que considera os elementos característicos da ideologia do colonialismo. E assim diversos autores privilegiaram um ou outro aspecto no qual estavam mais interessados e procuraram ver de que maneira os autores do passado aparecem sob tal luz.

Considere-se então a seguinte questão: de que modo a realidade social aparece estruturada na percepção dos analistas sociais do passado? Particularmente, como vêem o desdobrar da disputa política? É uniforme, homogênea, idêntica essa percepção ou existem rupturas, descontinuidades, diferenças?

Quem percorrer a literatura publicada no Brasil sobre o movimento militar de 1964, sobretudo nos anos que se seguiram imediatamente ao evento, irá verificar que os analistas se dividem como é natural entre os que apóiam, ou apoiaram, e os que se opõem, ou se opuseram, à deposição de João Goulart. Ambos os lados apresentam-se ademais armados de um conjunto de evidências que consideram suficiente para tornar plausível o ponto que defendem. Aparentemente, nada poderia ser mais distante um do outro do que aqueles dois grupos. E assim é

efetivamente no que diz respeito a posições políticas. Todavia, afastado o conteúdo manifesto dos textos, se verificará que há algo de comum a ambos os grupos, a saber, a percepção dicotômica da realidade. A percepção dicotômica ou maniqueísta da realidade é uma forma especial de perceber o conflito político. De conformidade com a matriz dicotômica existem conjuntos de atributos e/ou processos sociais que não podem existir sem simultaneamente — por exemplo, populismo demagógico, corrupção administrativa e subversão comunista, ou, alternativamente, democracia, industrialização e independência nacional. Convém repetir que a peculiaridade da matriz não é a percepção do conflito, mas a maneira como o percebe, a seguir às regras dos jogos de soma zero. Terá sido esta uma característica da reflexão brasileira sobre o social ou é possível discernir períodos na história do pensamento político e social brasileiro em que o estilo de apreensão da realidade era distinto?⁴²

Tomado em suas grandes linhas, o estilo de análise predominante no Brasil do século XIX, ou antes os estilos, afasta-se largamente da percepção dicotômica. Desde logo é necessário distinguir um grupo de autores cuja abordagem à empiria política, e sobretudo suas recomendações, é um tanto dedutiva vista no sentido de que fotografaram o processo em curso pela aplicação direta das doutrinas políticas então em voga, e estão neste caso Zacarias e Tavares Bastos. Outro grupo é extremamente individualista, maquiavélico quase, e não vê no desenrolar do jogo político senão o entrelaque de paixões pessoais. A abordagem individualizante neste sentido é própria de todos os grupos, mas apenas para os panfletários, representantes eminentes deste estilo, a realidade política esgota nele. Finalmente, para um terceiro tipo de análise, a reflexão política requer a consideração da *eficácia* das doutrinas, sobretudo quando se tem a responsabilidade de recomendar comportamentos. Paulino Soares de Souza seria o representante típico desta matriz, característica de todos os grandes nomes do servadismo do Império.

Para todos os três grupos, todavia, a política é vista como permanente disputa pelo poder, empreendida por homens hábeis e experientes, onde o conteúdo específico de orientações políticas alternativas é avaliado segundo os resultados tático-políticos que produz. A história política não é a projeção necessária de choques sociais e/ou econômicos agregados, nem o espelho fiel onde se poderia ver o caráter ético da época. A história

42

política registra simplesmente os resultados sucessivos de movimentos políticos bem sucedidos⁴³. Não há nenhum *a priori* teórico racional para o que acontece na história política, entre outras razões pelo fato de ser o comportamento humano, com frequência, imprevisível.

Talvez o único esforço no sentido de racionalização da história se deva a Justiniano José da Rocha que propôs um esquema cíclico de três estágios para a representação dos acontecimentos políticos. Segundo ele, existe um primeiro período (ação) durante o qual uma orientação radical progressista (prepondera sobre qualquer outra convicção; segue-se outro período (reação) em que um radicalismo conservador se estabelece; finalmente há o período de acomodação e barganha (transação), que equilibra o sistema político até que o ciclo histórico recomece⁴⁴. Deve-se notar, entretanto, que esta dialética não pretende explicar a substância do acontecer, o qual permanece um produto secundário da luta dos políticos pelo Poder. Ela pretende apenas explicar a índole geral — conservadora ou progressista — da atividade política de uma dada época.

Em fins do século passado observa-se uma transformação no estilo da análise política. Começou por uma mudança no conteúdo das polémicas e na significação atribuída às questões disputadas. Redundará na predominância, durante a época de 30, de uma abordagem totalmente nova aos vínculos entre os eventos políticos e suas causas. A importância do comportamento individual como matéria-prima da análise política declinará, enquanto questões econômicas e sociais passam a exercer atrativo crescente como substância dos argumentos políticos. Ao mesmo tempo, o conteúdo da ação será visto mais em termos estratégicos, no sentido de que as posições serão tomadas considerando o saldo a longo prazo dos programas governamentais. Foram necessários trinta anos entretanto para que se completasse esta mudança na atmosfera intelectual brasileira.

Uma das contribuições mais significativas para a mudança de estilo na análise se encontra nas discussões sobre políticas tributárias relativas ao comércio externo e vinculadas à questão mais geral do protecionismo industrial. Embora possa parecer inapropriado falar em protecionismo industrial no Brasil do século XIX, é contudo verdade que os tributos de importação, além de interessar sensivelmente ao tesouro, como praticamente única fonte de renda governamental, sempre foram examinados à luz de suas implicações para o desenvolvimento industrial. Tendo início com a oportunidade oferecida pela reforma tribu-

43

tária de 1844, de Alves Branco, os debates entre as relações entre a monocultura, industrialização, bem-estar nacional e independência política transpiraram para os jornais e para as associações de classe. Políticos, empresários, economistas, técnicos, jornalistas começaram a lançar na periferia do estilo tradicional as sementes de um novo tipo de análise política.

De início os debates não convergiam apenas para um só foco. Entretanto, os primeiros anos da República, logo após 1889, assistiram à emergência de um estilo bem desenvolvido, bem longe do, digamos, "individualismo metodológico" do Segundo Império. De conformidade com a nova abordagem, fazer política no Brasil era matéria de decisão entre duas potencialidades de país: um, industrializado, economicamente autônomo, politicamente independente e soberano; outro, monocultor, economicamente dependente, politicamente colonizado. Todos os temas chaves do ISEB, na década de 50, e mesmo posteriormente, foram claramente formulados nesse período. Aristides Queiroz, em discurso parlamentar, resumiu a questão da seguinte forma: "Eu entendo que a República, a atual geração, tem o dever e a obrigação de reagir contra o atual estado de coisas, iniciando um período de política financeira aberta e protecionista. Neste momento é necessário proteger especialmente a indústria superior, e por indústria superior refiro-me à manufatura (...). Nossos produtos são exclusivamente colônias, justamente porque somos um país agrícola, apresentando no mercado internacional produtos colônias; em consequência somos um país que não destruída de outra condição melhor que o *status inferior* de uma colônia".

Foi talvez Euclides da Cunha, no ensaio *Da Independência à República*, publicado pela primeira vez em 1900, quem chamou a atenção para a existência de dois Brasis: um, urbanizado, litorâneo, desenvolvendo-se com os benefícios da atenção governamental; outro, constituído pelas populações rurais, estagnado, sobrevivendo por si mesmo, fora do âmbito da ação ou interesse governamentais⁴⁵. No ensaio se menciona que a dicotomia formou-se durante o século XIX e que, provavelmente, se tornaria fonte de dificuldades, se não de crises, para o Brasil futuro. Embora este esquema seja apenas incidental no contexto geral do ensaio, é altamente importante na medida em que estabelece a fórmula intelectual para a análise política que estava por vir, a saber, descobrir uma dicotomia à qual possa ser racionalmente atribuída a origem das crises; traçar a formação da dicotomia no passado histórico nacional; propor a

alternativa política para a redução da dicotomia. Tal é a estrutura básica do paradigma.

O próprio Euclides foi o primeiro a aplicar a nova abordagem, de forma mais ou menos sistemática, na análise da rebelião de Canudos. Ele discutiu o acontecimento das vezes: em seus *Diários de Campanha* e no romance *Os Seteões*. Em ambos fica perfeitamente claro que está tratando com um tipo de fenômeno peculiar ao "outro" Brasil; entretanto há um fator que os distingue; enquanto nos *Diários* a variável interveniente que explica a rebelião é a concentração de grandes propriedades agrícolas, o romance se detém mais em especulações raciais. Isto introduz o tema da raça que desempenhará papel importante na imaginação política e social brasileira durante a primeira metade deste século, principalmente nas três primeiras décadas.

A análise de Euclides da Cunha abre caminho pelo qual vai enveredar número cada vez maior de analistas. As duas décadas seguintes testemunharão a crescente influência de escritores como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Gilbert Freire e Gilberto Amado, cuja característica teórica é a percepção de contrastes, oposições, polarizações, em contraposição ao estilo tradicional representado, por exemplo, por Alvaro Bomilcar e Hamilton Nogueira⁴⁶. Às vésperas da revolução de 30 ainda estão sempre passando de considerações sócio-econômicas para críticas cerradas ao colonizador português⁴⁷.

A revolução de 30 assinala um divisor de águas. Para os analistas sociais ela representou uma demonstração do ponto de vista de que existia uma crise latente atuando no interior da sociedade brasileira, cujas origens deveriam ser buscadas no desdobramento de alguma contradição. Fazendo a apologia dos tumultos que se seguiram à revolução, Virgílio Santa Rosa observou que a desordem foi fértil justamente porque trouxe à luz todas as incongruências, polarizações e dicotomias que minavam a sociedade brasileira⁴⁸, cujas consequências políticas foram demonstradas pelos dois conflitos simultâneos em curso no Brasil: um, entre políticos e militares; outro, entre o governo central e os interesses regionais⁴⁹.

Entre as dicotomias mais importantes, Santa Rosa ressaltou o descompasso entre as instituições políticas e a situação do país: "Sociedade, governo, literatura, instituições, leis, nada disso experimentou contato com o povo e a terra (...). O divórcio entre as concepções das elites políticas e as necessidades do país tornou-se mais flagrante ainda, dando lugar à

mentalidade artificial das elites políticas".⁵⁰ Um ano depois, em outro livro, ele mudará o diagnóstico substancialmente, sem entretanto abandonar o estilo de análise. De acordo com a nova interpretação, duas classes fundamentais se constituíram durante a Primeira República (1889-1930): os industriais e os proprietários de terra formaram a classe superior enquanto funcionários, comerciantes, trabalhadores industriais e forças militares formaram a classe mais baixa, que Santa Rosa chama de pequena burguesia urbana. A classe superior mantinha poder total sobre a sociedade brasileira através do controle das massas rurais (então 2/3 da população) e impedindo que a pequena burguesia alcançasse qualquer participação importante no processo político. A quebra deste monopólio político, de um lado, e o crescimento da pequena burguesia, de outro, constituíram o conflito fundamental da sociedade brasileira, que levou, através dos levantes militares de 1922, 1924 e 1926, à revolução de 1930.⁵¹

No mesmo ano em que Virgínio Santa Rosa publicou seu primeiro livro (1932), outro analista, Martins de Almeida, trouxe sua contribuição às investidas contra o irrealismo das instituições políticas brasileiras. Restringirei a exposição ao diagnóstico que faz das dicotomias básicas e aos seus principais determinantes.⁵²

O primeiro conflito sugerido por Martins de Almeida desenvolve-se entre as necessidades sociais de consumo e a capacidade produtiva da economia nacional. Esta tensão, cujo sabor "moderno" é facilmente identificável, se gera pela abertura intelectual das elites que as conduz a um refinamento de exigências, de conformidade com os padrões prevalentes nos países mais desenvolvidos; este efeito de demonstração produz a constituição de hábitos de consumo entre as elites que ultrapassam a capacidade econômica do país. Os padrões de consumo das elites, por sua vez, provocam um efeito-demonstração entre as classes baixas, o que aumenta a pressão por bens de consumo mais sofisticados. Desta forma tanto as elites como as não-elites contribuíram para a expansão das necessidades de consumo, via efeito-demonstração, superando em muito as possibilidades materiais do país. A expressão "efeito-demonstração" não pertence à obra, mas o conceito, a concepção lá está, em brilhante antecipação de uma das hipóteses de que os economistas contemporâneos mais lançam mão para identificar problemas nas sociedades atrasadas.

Politicamente, o mesmo universalismo cultural teria impulsionado as elites para a adoção de instituições políticas que

não se ajustavam ao estágio de organização social e de desenvolvimento econômico brasileiros. Segundo Martins de Almeida, a estrutura constitucional moldada de acordo com a dos Estados Unidos adapta-se apenas aos países que se encontram em estágio posterior à revolução industrial e que resolveram seus problemas agrários. Ambas as condições não se verificavam ainda no Brasil e conseqüentemente o sistema político para operar necessitava superar duas fontes permanentes de conflito: por um lado, algum pacto constitucional efetivo, apropriado à realidade de interesses privados deveria ser estabelecido, por fora do aparato legal; de outro, cada ação política, para ser legítima, devia encontrar sua justificativa no interior das estruturas formais existentes. Dessas duas dicotomias básicas — consumo *versus* capacidade produtiva e instituições *versus* realidade política —, Martins de Almeida deduz as características do sistema político em operação até 1930.

Do lado conservador, a mesma abordagem polarizada prevalece, embora a substância da análise revele uma persuasão distinta. Um ano depois de *A Desordem*, de Virgínio Santa Rosa, e ao mesmo tempo que seu *O Sentido do Tenentismo*, Alcindo Sodré publica *A Gênese da Desordem*. O teor da análise de Sodré é contudo bastante distinto do de Santa Rosa e do de Martins de Almeida.

Primeiramente Sodré procede a vasta generalização da abordagem dicotômica a todas as sociedades e contestará que este estado de permanente tensão seja não-natural e, portanto, indesejável. É uma lei política, afirma, que o poder seja apropriado pelas classes mais inteligentes e cultivadas, precisamente porque a liberdade resulta da desigualdade entre as várias classes e da submissão à disciplina.⁵³ É a disciplina que estabelece o equilíbrio entre os impulsos bestiais da natureza humana e as exigências de ordem. Dado esse estado permanente de tensão, que existe em toda sociedade, o processo de democratização das sociedades modernas não pode ser senão o resultado da regeneração da ética social.⁵⁴ A principal fonte de crises no Brasil, incluindo a de 1930, consiste no desajustamento entre as leis, que são boas, e o primitivismo político do povo. Se o povo brasileiro fosse mais educado politicamente, prossegue Sodré, esses desajustamentos e as crises teriam sido evitados. Como se pode observar, não obstante a naturalidade do estado dicotômico das sociedades, algumas dicotomias não lhes são, afinal, inteiramente benéficas.

Os temas e o estilo estavam dados. À ala conservadora desenvolverá as sugestões de Alcindo Sodré, enfatizando a

tensão entre as exigências do Estado moderno e os padrões éticos brasileiros, reclamando uma regeneração do povo, discutindo as qualidades morais e intelectuais da elite política.⁵⁵ Do lado reformista, os tópicos mais importantes serão as polarizações sociais e econômicas, o descompasso entre instituições e realidade, a crescente distância entre os habitantes urbanos e a população rural. E haverá também aqueles que hesitam entre as duas orientações, ora privilegiando qualidades éticas e de liderança, ora voltando-se para considerações econômicas e sociais.⁵⁶

Em meio à década Azevedo Amaral publicará três dos mais importantes livros da história da imaginação política brasileira. Suas elaborações cobrem as relações entre autoritarismo e os gigantes sistemas industriais modernos, as bases sociais do autoritarismo contemporâneo, o papel proeminente das elites tecnocráticas nos estados industriais, para mencionar apenas alguns de seus tópicos mais interessantes.⁵⁷

Ao fim da década Nestor Duarte publica a versão mais abstrata a que a abordagem dicotômica deu origem no Brasil.⁵⁸ Ele postula dois modelos abstratos de sociedade, dos quais derivam as características necessárias dos respectivos sistemas políticos, além da natureza das relações econômicas e sociais de cada um. Um refere-se à sociedade feudal, outro à sociedade moderna. Na sociedade feudal não há poder público, a capacidade de penetração governamental é mínima, as relações sociais se fazem através da extensão das relações de parentesco, e até mesmo um modo econômico de produção tal como a escravidão é redefinido sob as normas predominantes da sociedade. Logicamente, a sociedade moderna possui um conjunto de atributos opostos. O ponto importante contido é que a sociedade moderna, na concepção de Nestor Duarte, não é o produto último do desenvolvimento histórico feudal. Uma sociedade feudal pode existir em qualquer época, e o mesmo é verdadeiro para sociedades modernas. É somente com um rompimento revolucionário com a estrutura anterior que uma pode transformar-se na outra. Com estes instrumentos de análise, Nestor Duarte procede então a uma descrição da história política e social do Brasil, mostrando como foi possível a constituição de uma sociedade feudal no Brasil, e como a revolução de 1930 abriu a possibilidade de sua completa destruição paralelamente à constituição de uma sociedade moderna. Este estilo dicotômico de percepção permanece indiscutível desde então. Em meados de 1950, quando a imaginação política brasileira inicia sua recuperação da letargia imposta pelo autori-

tarismo do Estado Novo, a atmosfera intelectual era semelhante à da década de 30, revitalizada. Nos *Cadernos do Nosso Tempo*, primeiro, e depois na atividade intelectual do *Instituto Superior de Estudos Brasileiros*, a abordagem dicotômica retomou força e, mais uma vez, tornou-se o "milieu" no qual os intelectuais brasileiros amadureceram. Não é tanto a realidade que diretamente facultou a Fernando Pedreira afirmar, como novo Santa Rosa ou Martins de Almeida, que as recorrentes intervenções militares no Brasil devem-se ao descompasso que existe entre as instituições políticas e as peculiaridades nacionais.⁵⁹ Há na observação um resíduo histórico de longa tradição de análise política no Brasil, não desaparecido ainda nesta década de 70. Tomando-se, pois, a estrutura de percepção do objeto social, que se revela nas análises e reflexões dos investigadores sociais, assim poderia ser ordenada a evolução das atividades de investigação social no Brasil.

Ao variar o interesse do historiador varia o objeto que tem diante de si para descrever em suas nuances e peripécias históricas. O que aparece como ruptura, descontinuidade, heterogeneidade, em dada conexão, pode ser em outra dissolvida em diferente unidade de sentido. Por que, com efeito, a insipidez de algumas gerações de analistas sociais nas dicotomias, tão e sucessivo da história cotidiana se organiza e reproduz conceitualmente sob a forma de oposições consteladas?

A relação entre valores, instituições políticas e efeitos inelutáveis é vaga e ainda escassamente conhecida. Entretanto, seria talvez procedente considerar como manifestação de reflicção ética e institucional a doutrina, ou postura, que considerasse possível a realização imediata de qualquer conjunto de preferências políticas independente da mediação institucional ou, alternativamente, considerasse que as mesmas instituições produzem necessariamente os mesmos efeitos políticos, independentemente da ordem em que se inserem. Em realidade, os valores políticos só se realizam quando incorporados em instituições cuja operação efetiva é função da ordem instaurada. Toda sociedade política se constitui segundo uma ordem específica e esta ordem que mediatiza não apenas as interações entre os indivíduos que a compõem, mas igualmente as instituições que a habitam. A medida da acuidade de Paulino Soares de Souza, no século passado, é dada pela extensão em que percebeu política envolvente e que incumbia ao Poder político existente manter, eventualmente criar revolucionariamente, a ordem que

corresponde às preferências dominantes. Os liberais do Império, ao contrário, como Zacarias e Tavares Bastos, por exemplo, imaginavam viável a constituição de uma sociedade liberal semelhante à inglesa ou à americana, no Brasil escravocrata, desde que se garantisse o livre funcionamento das instituições pertinentes. A mesma posição será repetida pelos conservadores da década de 30, esperançosos de um milagre em pleno monopólio liberais clássicos, na década de 70, em período de plena disputa entre o poder público estatal e o privatismo internacional que busca o controle social, quer diretamente, quer através do controle das mediações do mercado, o que torna utópica a esperança de autonomia de um grupo econômico privado nacional. Assim, ora liberal, ora conservadora, ora outra vez liberal, a mesma concepção de política repete-se em diversos momentos da história nacional e assegura a identidade de figuras e grupos que inclusive se supõem distintos.

Desde a Independência que o problema teórico e prático predominante e de alta visibilidade das elites políticas e intelectuais brasileiras tem sido fundamentalmente este: de que modo implantar e garantir eficiente funcionamento da ordem liberal burguesa⁶⁰. A diferença entre os liberais e conservadores no século passado reduz-se a divergências sobre estratégias de ação, incorrendo os liberais em reificação institucional — enquanto os integralistas neste século, do mesmo modo que os individualistas radicais da década de 70, incorrerão em reificação ética —, em contraste com os conservadores, atentos para o tecido de relações que garante a eficácia das instituições.

Qualquer ordem social, a partir da visão de Paulino, não ocorre naturalmente, mas resulta da ação política coordenada. Se se deseja constituir uma ordem privada burguesa no Brasil, convém preliminarmente dotar o poder político dos instrumentos que lhe permitam instaurá-la e sustentá-la, o que queria dizer, no Brasil do século XIX, expandir a capacidade regulatória do Estado pela criação de um aparelho administrativo nacional, subordinado a um comando único, e pela redução do centralismo local, obrigando-o a integrar-se por via do Estado. Era aparentemente inviável, dadas as condições do escravismo quase auto-suficiente, que os diversos localismos se integrassem por apenas repetição, ou sugeriria que se repetisse, no essencial, a mesma estratégia de criação política que presidiram à implantação da ordem liberal burguesa na Europa, onde a organização administrativa e militar do Estado nacional produziu a força

política necessária — que foi usada, aliás, sobretudo na Inglaterra, cuja história se idealiza —, para assegurar a instrumentação e operação de práticas econômicas, políticas e sociais antitenduais. Já os liberais renegam a centralização imperial e reivindicam a instauração imaculada das instituições parlamentares, baseada no livre jogo das forças políticas. A suposição estratégica era a de que a rotina institucional criaria os autômatismos políticos e sociais ajustados ao funcionamento normal da ordem liberal. Não reconheciam os liberais que uma ordem social não se estabelece a partir do vazio, ou de um hipotético estado da natureza, sem regras, comandos ou subordinações, mas se impõe sempre a outra ordem que a precede. No Brasil a ordem existente era a ordem escravocrata e a questão não consistia apenas em promover, na lei, a existência de instituições liberais, mas de impô-las à ordem escravista existente. E quem iria impô-la senão o poder estatal? Preliminarmente, portanto, indicava Paulino, era necessário armar o Estado do poder administrativo e da legitimidade política necessários à redução do localismo escravista. Historicamente trata-se de uma estratégia em que o Estado busca expandir seu poder regulatório e simbólico, antes que sua capacidade extrativa, vendo naquela expansão a linha de menor resistência em uma sociedade escravocrata. Ao nível da empiria simples o que aparece são as lutas entre grupos regionais e familísticos, usando o poder para sustentar seus seguidores e adeptos leais. E efetivamente assim era, pois a restrição sociedade política da época, recrutando seus membros apenas de um só extrato social e econômico, aparecia cortada por conflitos menores, adjetivos. Quanto às questões de longo prazo, inclusive no que respeita à escravidão, ambos os grupos concordavam teoricamente em substância, discrepando somente — e esta era uma grande discrepância — em matéria de estratégia.

Compreende-se também por que a reflexão sobre os processos sociais apresenta durante a maior parte do século XIX completa despreocupação pela função da história na vida política. O fetichismo institucional dos liberais contribuía para a minimização da análise histórica, pois que as circunstâncias conjunturais eram irrelevantes. As instituições eram as instituições e todo o problema político consistia em afastar os obstáculos a seu livre funcionamento, a saber, o poder do monarca. Para os conservadores, a essência da ação consistia em aproveitar as oportunidades ocasionais que iam surgindo, através da luta política, e ir criando as condições para o funcionamento da ordem social burguesa. A pedra de toque da ordem prevale-

cente — o trabalho escravo — permanecia na penumbra da retórica de ambos os grupos, adiado o problema *teórico* para o futuro, ao mesmo tempo que sucessivos golpes — a Lei do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários — iam sendo desfechados, resguardados por justificativas humanitárias.

A reconhecida semelhança entre um conservador e um liberal, durante o Império, decorre consequentemente do acordo fundamental entre a maioria de ambos os grupos quanto à ordem, quanto à boa sociedade que desejavam criar, os limites táticos que deviam respeitar em relação à ordem estabelecida, e do fato de que o desacordo que os separava era sobretudo quanto à natureza da ação política, de onde derivavam estratégias distintas de comportamento.

Os anos que se sucedem à Proclamação da República encontram já alguns problemas institucionais resolvidos — a centralização monárquica, obviamente, e também o da extrema importância. O ano de 1870 não assinala somente o ano da criação do Partido Republicano e da intensificação da propaganda abolicionista. Começa então também a agitação da Escola de Recife, e sobretudo a agitação de Sílvio Romero, que reagindo contra o ecletismo dominante irá introduzir uma percepção historicizante dos fenômenos sociais. Sílvio Romero adotará diversas doutrinas ao longo de sua carreira de polemista, ensaísta, historiador e sociólogo, mantendo-se fiel entretanto à matriz que busca na formação histórica dos fenômenos as pistas mais significativas para seu adequado entendimento. Discípulo de Haeckel, de Spencer, de Comte, assim como Tobias, Sílvio é basicamente um partidário e propagador de um "naturalismo histórico" que percebe as instituições "brutando" da história, o qual está na base de sua investigação sobre a *História da Literatura Brasileira*.

É esse naturalismo histórico, especialmente em sua versão positivista, que contamina a percepção comum dos processos sociais e termina por fazer desaparecer completamente o "naturalismo" dos analistas do Segundo Império. Ademais, o naturalismo histórico dá origem a uma visão funcional dos processos sociais que vê as partes da sociedade "naturalmente" solidárias e adequadas umas às outras. Subverte-se aqui, completamente, a visão predominante no século passado. Os processos sociais são agora vistos como processos naturais, históricos, onde as diversas partes da sociedade se integram funcionalmente. Daí deriva-se facilmente a idéia de que o processo brasileiro é patológico, pois a evolução "normal" da

sociedade tem sido desviada ou impedida pela imposição de fórmulas políticas não geradas naturalmente. Tal é o sentido de *A Aventura Política do Brasil*, de Azevedo Amara, onde se procura investigar em que momento o país teria sido desvirtuado de seu processo histórico normal. Toda a discussão em torno de dicotomias e polaridades na década de 30 oriunda deste funcionalismo histórico-naturalista.

Sob a aparência de completa ruptura com o século passado, entretanto, os analistas da década de 30, os desvendadores de polaridades e dicotomias, são verdadeiros continuadores das ciências do século anterior. Apesar de seu naturalismo funcionalista, concordam os autoritários da década dos 30 que o poder público tem importante papel a desempenhar — o de alistar os obstáculos ao pleno florescimento da sociedade brasileira autêntica. Tal como os conservadores do século XIX, recusam-se os autoritários de 30, com exceção dos integralistas, os quais perseguirão diferente linha de argumentação, a aceitar o feiticismo institucional e consideram que, se as instituições parlamentares e multipartidárias foram suficientes para garantir a emergência e predomínio da ordem burguesa européia, tal não será necessariamente o caso no Brasil, onde as peculiaridades se encarregarão de gerar as instituições aptas a instrumentalizarem a expansão da sociedade burguesa. Irônica mas compreensivelmente, é com a ordem burguesa como paradigma no fundo da mente que os autoritários de 30 se opõem às instituições liberais, assim como será o mesmo paradigma que dará suporte conceitual à pregação democrática e nacionalista da década dos 50.

A crítica dos autoritários de 30 às divergências entre as instituições e o meio social brasileiro ganha sentido pleno quando entendida segundo o paradigma de constituição de uma ordem burguesa em uma sociedade não mais escravocrata mas oligárquica latifundiária. Trata-se agora de continuar expandindo a capacidade regulatória e simbólica do poder público e de garantir sua capacidade extrativa com o objetivo de financiar a expansão do Brasil burguês moderno. É uma sociedade de mercado, reino do privatismo burguês e do individualismo, que está ao fim do autoritarismo de 30. Compreende-se. A sociedade está mais diferenciada, a divisão social do trabalho avançou, novas classes emergiram. As instituições próprias a este novo país, como repete a todo instante Oliveira Vianna em *Instituições Políticas Brasileiras*, estão naturalmente imbricadas nas tramas sociais emergentes. Entretanto, para que

não sejam sufocadas pelo predomínio avassalador do complexo oligárquico rural é necessário que o poder público se mobilize, para simultaneamente afastar os obstáculos constituídos pelo Brasil arcaico e proteger as frágeis instituições do Brasil burguês nascente. Desta maneira, redefina-se a função do poder público — que existe para criar a ordem burguesa, e por isso precisa ser forte, e não apenas mantê-la, quando então poderia ser fraco —, e se reconpõe a ruptura entre a perspectiva dicotômica, naturalista-histórica dos autoritários de 30 e a visão a-histórica, unívoca, não naturalista dos conservadores imperiais. E, também como eles, opõem-se à matriz que vê as instituições produzindo automaticamente os mesmos efeitos em qualquer conjuntura. Os liberais da década de 30 são os constitucionistas, reivindicando eleições, constituição e livre jogo político, isto é, vigência das instituições liberais clássicas, no contexto das quais o privatismo oligárquico era em verdade o único ator beneficiado.

O paradigma que está por trás de todas as análises da década de 30 e seguintes é também o da ordem burguesa. É esta concepção de organização social que permite identificar dicotomias e, particularmente, que permite sugerir regras de ações para recriá-las. Assim, encontramos Virgínio Santa Rosa, em seu *O Sentido do Tenentismo*, reclamando uma reforma agrária que extinga as bases econômicas do poderio político oligárquico⁵¹. É ainda à promoção da ordem burguesa que Martins de Almeida está devotado quando fala do inconsciente nacional, muito nas fábricas, nos escritórios, nas oficinas, e que precisa encontrar formas de se fazer representar politicamente, livre da subjugação rural oligarquicamente comandada. Do mesmo modo é burguês capitalista o Estado Econômico de Azevedo Amaral, impedido até então de se manifestar e evoluir, assim como é social e economicamente burguesa a ordem sonhada pelos integristas, que a querem todavia educar segundo uma ética não vilhãria.

Apesar de semelhança de paradigma, a concepção da função do poder público vai entretanto variar. Oliveira Vianna estima que a necessidade de um regime autoritário é transitória, enquanto não amadurece completamente a nova ordem, capaz de governar-se a si mesma. Virgínio Santa Rosa deseja a liquidação da oligarquia rural e parece sugerir que nada pode mudar antes disso. Azevedo Amaral, em seu importante trabalho sobre *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, insinua que, se o autoritarismo é necessário para liquidar com uma ordem arcaica, inicialmente, logo em seguida será necessário para sus-

tentar a ordem burguesa industrial contemporânea. Assim, a identidade básica que compartilham — como resolver teórica e praticamente o problema da hegemonia da ordem privada burguesa — não é suficiente entretanto para apagar todas as diferenças significativas entre os diversos autores, especialmente no que diz respeito a tópicos especiais de análise.

A outra vertente autoritária da década se exprime na literatura e na ação integralistas. Também os integralistas têm em vista a promoção da ordem burguesa, mas fundam o comportamento político em uma exacerbada de conceitos éticos, variante que irá se repetir, curiosamente, em uma das alas da coalizão de apoio ao sistema autoritário pós 64, e nos liberais individualistas da década dos 70. Para Plínio Salgado e seus seguidores a solução dos problemas políticos brasileiros depende de uma regeneração da elite política, em uma substituição dos homens no comando, corruptos, por equipes de outra têmpera, iluminados, fortes. Trata-se evidentemente da mais completa concepção romântica, em sentido preciso, da política e é especialmente por aí que o integralismo brasileiro se aproxima dos movimentos fascistas europeus da época.

Não é só na temática que a agitação intelectual da década dos 50 e início de 60 irá se assemelhar à produção dos 30. Igualmente as análises dos *Cadernos do Nosso Tempo*, e depois do *ISEB*, estão aparentadas às análises de 30 pela mesma concepção de sociedade que lhes serve de paradigma e que as orienta na formulação de estratégias de ação. O objetivo é estimular a expansão de uma ordem burguesa, agora acrescentada de um qualificativo, nacional, em face das pressões externas que sofre. Em busca desse alvo impõe-se novo tipo de alianças onde as camadas operárias urbanas não podem ser desconsideradas. Uma das chaves das disputas políticas do período será a aceitação ou não da hipótese de que a instauração de uma ordem burguesa nacional seria impossível sem o suporte de todas as classes urbanas. À direita ficam os partidários de uma associação com os interesses privados internacionais e, à esquerda, os que colocam em primeiro plano o problema da hegemonia do processo político. O centro será formado pelos que excluem os interesses internacionais da coalizão, mas julgam que ao privatismo nacional caberia a liderança política. Esta foi a posição adotada também pelo Partido Comunista Brasileiro. Para os que se colocavam à esquerda, a resistência à pressão externa e a implantação de uma sociedade autônoma não poderia ser realizada nos quadros de uma ordem burguesa estrita e sob comando político da elite priva-

tista, questionando-se então o sentido das instituições liberais em um processo que teria por resultado a submissão da ordem burguesa.

A problemática da ordem social no Brasil altera-se radicalmente após 1964. Após mais de trinta anos de políticas anti-oligárquicas, mais ou menos tímidas, pouco importa, é impossível supor que o fortalecimento do poder público seja necessário para garantir a ordem burguesa contra os ataques e as ameaças da oligarquia rural. O que ainda existe de Brasil arcaico, no sentido que a expressão possuía em 1930, é apenas resíduo, sem condições de invadir e monopolizar as instituições, caso o livre jogo político fosse garantido. Certamente, como sempre, as camadas sociais e econômicas que melhor e mais se aproveitam das instituições políticas, especialmente quando se permite que reflitam a estratificação social, são as camadas superiores da sociedade. Hoje, as camadas enraizadas na ordem burguesa, contrárias à expansão do poder público, de sua capacidade extrativa e, acima de tudo, de fora dos mecanismos do mercado. Pela coação aleatória e generalizada e pelos impedimentos ao desenvolvimento do conflito político, o sistema autoritário contemporâneo tem simultaneamente, segundo alguns observadores, evitado que o privatismo monopolize completamente as instituições políticas e que organizações doutrinárias ensaiem uma estratégia revolucionária de mudança social. Por isso os analistas, cujo paradigma é a organização social burguesa, abandonaram a postura autoritária da década dos 30 e passaram a demandar a instauração de instituições liberais clássicas, onde, como é natural, teriam predominância os interesses burgueses privados. Para em desenhar as instituições capazes de restituir aos membros da comunidade os direitos civis e políticos que já fazem parte do patrimônio da civilização, sem entretanto permitir que o privatismo predatório, sob a propaganda do humanismo liberal, se aproprie dos mecanismos sociais de decisão. Teoricamente, trata-se de instaurar uma linha de reflexão que transcenda os limites da ordem privada, em qualquer de suas variantes, e escape às conceituações fáceis e estereotipadas do revolucionarismo acadêmico.

A ordenação do pensamento político e social brasileiro pode ser realizada, como se mostrou, segundo diversos ângulos, em obediência aos interesses de investigação do historiador.

Maior ou menor perícia será responsável pelo grau de utilização que as "histórias" irão possuir. Importante a reter que não existe uma única história das idéias políticas e sociais no Brasil, nem das disciplinas sociais, quando já institucionalizadas, que permita descartar as demais como falsas. Isto entretanto não quer dizer que não seja possível, ou útil, traçar-se essas várias histórias. Tudo depende da utilidade do objetivo que se tem em vista. Se se está interessado em um refinamento metodológico das reflexões sobre processos sociais, então é necessário buscar e identificar o sentido histórico das mudanças sociais, a despeito da retórica manifesta que exige, então também é útil. Se entretanto apenas se procura justificativas científicas únicas para as opções que se fazem hoje, sejam opções metodológicas, teóricas ou políticas, então é inútil. Quase sempre é possível provar o oposto.

1. Cf. Paulo Mercadante, *A Consciência Conservadora no Brasil*, Rio, 1964 (2.^a ed., 1972), p. 17.
 2. Cf. Antônio Paim, *História das idéias Filosóficas no Brasil*, São Paulo, 1967, p. 27. As páginas iniciais do presente texto beneficiaram-se muito dos excelentes trabalhos de Mercadante e Paim.
 3. "O dinamismo da Companhia de Jesus, instrumento de Contra-Reforma, consolidaria posteriormente os moldes. No reinado de D. João III, Portugal abandonaria a cultura positiva. Seria o domínio absoluto da escolástica tomista, desprezado o humanismo do século XV. Usufruíam os jesuítas o monopólio do ensino secundário na metrópole, repulindo Portugal todas as idéias novas divulgadas no resto da Europa." Mercadante, *op. cit.*, p. 21.
 4. Cf. Paim, *op. cit.*, cap. 3.
 5. "A Segunda Escolástica Portuguesa estabeleceu uma espécie de cordão sanitário, isolando o pensamento luso-brasileiro de filosofia moderna." (...) Ao ecletismo brasileiro é que "incumbiria reivindicar um novo humanismo, de base espiritualista mas de inspiração moderna; dispor de fundamentos frágeis mas possibilitando a incorporação do liberalismo; sem maiores consequências práticas, mas reconhecendo a autonomia do pensamento científico". Paim, *op. cit.*, p. 106.
 6. Cf. Conselho Regional dos Economistas, *A Revolução dos Economistas*, Rio, 1971, p. 20.
 7. Cf. Silvio Romero, *História da Filosofia no Brasil*, Porto Alegre, 1878, e *História da Literatura Brasileira*, 5 vols., 6.^a ed., Rio, 1960.
 8. A expressão é parte do título de um artigo de Guerreiro Ramos citado abaixo.
 9. Tendo circulado muito antes de sua publicação, o presente texto foi discutido criticamente por Helglio Trindade, "Texto e Contexto: Nota crítica e alguns aspectos do estudo "Paradigma e História" de Wanderley Guilherme dos Santos" em *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*, Ano IV, 1976 e por Bolívar Lamounier, "Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República. Uma interpretação", em *História Geral da Civilização Brasileira*, T. III, *O Brasil Republicano*, 2.^o vol., Cap. 10, São Paulo, Difel, 1977.
- * O trabalho de Guerreiro Ramos, citado em 1955, foi publicado posteriormente em *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, Editorial Andes, Rio, 1957.
- ** Os trabalhos de Guerreiro Ramos citados em 1955 e 1956 foram posteriormente publicados no livro mencionado em 1961.
- *** Embora esta seja uma obra coletiva, o capítulo dedicado às Ciências Sociais foi escrito pelo próprio Fernando de Azevedo, e encontra-se no vol. II.

- **** Os trabalhos de Florestan Fernandes mencionados em 1956, 1957 e 1958 foram publicados posteriormente em *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*, São Paulo, Editora Anhembi, 1958.
10. Cf. sobretudo o texto de 1957 de Florestan Fernandes.
 11. Cf. Costa Pinto e Carneiro, *op. cit.*, p. 68.
 12. A evolução das Ciências Sociais, na perspectiva do trabalho citado, foi marcada por três etapas principais:
 - 1.ª) 1930/1935 — período da reforma Francisco Campos e das atividades governamentais e privadas com o objetivo de desenvolver as Ciências Sociais;
 - 2.ª) 1937/1945 — período da Lei Orgânica do Ensino Secundário, que constituiria um retrocesso "na ideologia educacional das camadas dirigentes", com a supressão do ensino de Sociologia nas escolas secundárias e o desestímulo à formação de profissionais capazes;
 - 3.ª) 1945/1955 — nascimento da consciência da necessidade de quadros devidamente qualificados", em face dos problemas sociais surgidos no segundo após-guerra, originando-se daí novo impulso para o desenvolvimento das Ciências Sociais.
 13. Cf. Menezes, *op. cit.*, p. 237.
 14. "A análise histórico-sociológica da sociedade brasileira se transpõe em investigação positiva. Esse acontecimento marca, no plano intelectual, a primeira transição importante no desenvolvimento da Sociologia no Brasil, para padrões de interpretação propriamente científicos." Fernandes, *op. cit.*, p. 201; "O segundo acontecimento relevante é a introdução, sob influência dos especialistas estrangeiros, da investigação de campo". Fernandes, *op. cit.*, p. 202.
 15. Cf. Azevedo, *As Ciências*, p. 380-381.
 16. Cf., por exemplo, Fernandes, *op. cit.*, p. 190.
 17. Cf. Alexandre Koyré, *Etudes de Histoire de la Pensée Scientifique*, Paris, PUF, 1966, p. 6.
 18. É sem dúvida com base neste postulado que se organiza o estudo de Nelson Werneck Sodré, citado.
 19. Cf. Fernandes, *op. cit.*, p. 190.
 20. Cf. Carone, *op. cit.*, p. 252.
 21. Cf. Plínio Salgado, "Regimes Políticos", *A Razão*, 21-10-1931, *apud* Trindade, *op. cit.*, p. 103-104.
 22. Cf. Trindade, *op. cit.*, p. 104.
 23. Cf. Trindade, *op. cit.*, p. 105.
 24. Cf. Trindade, *op. cit.*, p. 106 e ss.
 25. Com justiça se deve notar que os textos de Trindade aqui citados não esgotam de modo algum o modo pelo qual ele caracteriza o integralismo brasileiro. Em outras partes do trabalho utiliza-se Trindade de questionários e escala para a mensuração do autoritarismo dos integralistas brasileiros, muito embora também passíveis, como é natural, de objeções. É de se supor também que, colocado diante das inferências que alguns de seus textos suportam, o autor recusasse a crítica de que não distingue precisamente autoritarismo, fascismo, liberalismo etc. As críticas serão entretanto pertinentes na medida em que revelam o des-caso com que mesmo pesquisadores sérios tratam o tema das formulações ideológicas ao longo da história brasileira — especialmente quando o tema analisado, no caso a ideologia integralista, presta-se com tanta facilidade aos estigmas.
 26. Cf. Lamounier, *op. cit.*, p. 248.
 27. Cf. Lamounier, *op. cit.*, p. 297.

28. Cf. Lamounier, *op. cit.*, p. 309.
29. As regras de construção desse objeto e suas raízes são outras importantes questões metodológicas, não tratadas aqui pormenorizadamente.
30. Cf. José Antonio Pimenta Bueno, *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, Rio, 1875; Paulo Soares de Souza (Visconde do Uruguai), *Tratado sobre o Direito Administrativo*, Rio, 1862; Zacarias de Góes e Vasconcellos, *Im Natividade e Limites do Poder Moderador*, Rio, 1862; Braz Borentino Henriques de Souza, *Do Poder Moderador*, Recife, 184; Sales Torres Homem, *O Libelo do Povo*, Rio, 1849; Justiniano José da Rocha, *Ação, Reação, Transação*, Rio, 1855; Antônio Ferreira Vianna, *A Conferência dos Divinos*, Rio, 1867.
31. Cf. Frei Caneca, *Obras Políticas e Literárias*, Recife, 1875.
32. Cf. Tavares Bastos, *Cartas do Solitário*, Rio, 1862; *Os Malas do Presente e as Esperanças do Futuro*, Rio, 1861, *A Província*, Rio, 1870.
33. Cf. F. Belizário Soares de Souza, *Sistema Eleitoral do Brasil*, Rio, 1872.
34. Para os manifestos e programas dos partidos durante o Império, ver Américo Brasiliense, *Os Programas dos Partidos e o 2.º Império*, São Paulo, 1878.
35. Sobre o positivismo consulte-se: Cruz Costa, *O Positivismo na República*, São Paulo, 1956; e Paim, *op. cit.* Para uma análise da Escola do Recife, veja-se Antônio Paim, *A Filosofia da Escola do Recife*, Rio, 1966. Sílvio Romero mereceu excelente estudo do Antônio Candido em *O Método Crítico de Sílvio Romero*, 2.ª ed., São Paulo, 1963.
36. Cf., especialmente, Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, 4 vols., Rio, 1897 e *O Abolicionista*, Rio, 1863. Toda a obra de Joaquim Nabuco foi publicada pelo Instituto Progresso Editorial, São Paulo, 1949. As citações adiante são desta edição.
37. Cf. Alberto Torres, *O Problema Nacional Brasileiro*, Rio, 1914 e *A Organização Nacional*, Rio, 1914; Oliveira Vianna, *O Idealismo Idealismo da Constituição*, Rio, 1924; *O Ocaso do Império*, Rio, 1925; *Populações Meridionais do Brasil*, 1.º vol., Rio, 1918; e Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, Rio, 1933.
38. Eis uma amostra dos trabalhos mais importantes da década: Martins de Almeida, *Brasil Errado*, Rio, 1932; Azevedo Amaral, *A Aventura Política do Brasil*, Rio, 1935; *O Brasil na Crise Atual*, Rio, 1934; *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, Rio, 1938; Menotti Del Pechia, *Questões Nacionais*, Rio, 1935; Nelson Duarte, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, Rio, 1939; Agamenon Magalhães, *O Estado e a Realidade Contemporânea*, Rio, 1933; Virgínia Santa Rosa, *A Desordem, Rio, 1932; O Sentido do Tenentismo*, Rio, 1933; Alcindo Sodré, *A Genese da Desordem*, Rio, 1933.
39. Cf., entre outros, os seguintes trabalhos: "A Crise Brasileira", *CNT*, 1 (1953); "O moralismo e a alienação das classes médias", *CNT*, 2 (1954); "O problema do negro na Sociologia Brasileira", *CNT*, 2 (1954); "A Ideologia da Jeunesse Dorée", *CNT*, 4 (1955); "Por Uma Política Nacional de Desenvolvimento", *CNT*, 5 (1956).
40. Cf. Jaguaribe, "Que é o Ademarrismo?", *CNT*, 2 (1954).
41. Cf. Guerreiro Ramos, *A Crise do Poder no Brasil*, Rio, 1961.

42. Para uma discussão de literatura relativa ao movimento militar de 1964, ver Wanderley Guilherme dos Santos, *Raízes*.
43. Cf. Nabuco, *Um Estadista*, 4.º vol., p. 102, em cuja nota de rodapé transparece como o processo político do Império era percebido na época.
44. Esta elaboração era tão impressionante para a época que até mesmo Nabuco a adota. Cf. Nabuco, *Um Estadista*, 1.º vol., p. 42, nota onde após citar J. J. da Rocha, afirma: "Para o estudo da evolução monárquica ler cada palavra desse opúsculo". Cf. Euclides da Cunha, *Da Independência à República — Esboço Político*. Inicialmente publicado como "O Brasil no Século XX", em 1900. Pode ser encontrado em suas *Obras Completas*, 2 vols., Aguilar, Rio, 1967.
46. Para Alberto Torres, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre ver obras citadas; cf. também Gilberto Amado, *Instituições Políticas e o Meio Social Brasileiro*, Rio, 1914; Alvaro Bomlecar, *A Política no Brasil ou o Nacionalismo Radical*; Hamilton Nogueira, *A Doutrina da Ordem*, Rio, 1925.
47. Cf. Manoel Bonfim, *O Brasil Negão*, Rio, 1931; *O Brasil na História*, 1931; *O Brasil na América*, Rio, 1929.
48. Cf. Virgínio Santa Rosa, *Desordem*; p. 45-46 e 154-155.
49. *Idem*, p. 35-36.
50. *Idem*, p. 40.
51. Santa Rosa, *O Sentido*, *passim*.
52. Cf. Martins de Almeida, *op. cit.*
53. Cf. Alcindo Sodré, *op. cit.*, p. 168-169.
54. Este é, tipicamente, o sabor da literatura integralista, toda da década de 30. Cf., por exemplo, Plínio Salgado, *A Doutrina do Sigma*; *Despertar de uma Nação*; *A Quarta Humanidade*; *O Sofrimento Universal*; e *Psicologia da Revolução*. Miguel Reale, *Formação da Política Burguesa*; *O Estado Moderno*; *Percepções Integralistas*; e *Atualidades Brasileiras*. Foi esta dimensão moralista e subjetivista que Trindade perdeu em sua análise e por aí, e o fascismo europeu.
55. Cf., por exemplo, Afonso Arinos de Melo Franco, *Preparação ao Nacionalismo*, Rio, 1934; *Introdução à Realidade Brasileira*, Rio, 1933; e *Terra do Brasil*, Rio, 1939.
56. Cf. as obras de Azevedo Amaral, já citadas, assim como o excelente artigo de Aspásia Alcântara, "A Teoria Política de Azevedo Amaral", *Dados* 2/3, Rio, 1967.
57. Cf. Duarte, *op. cit.*
58. Cf. Fernando Pedreira, Março 31: *Civis e Militares no Processo de Crise Brasileira*, Rio, 1964, p. 43 e ss. e 60 e ss. Ver também Fausto Guedes, "Revolução Brasileira: Nova Fase de um Debate Antigo", *Revista Civilização Brasileira*, I (1965); Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, Rio, 1965, último capítulo.
59. É claro que ensaios de formulação distinta foram tentados ao longo da história. Contudo, raros, se algum, conseguiram escapar ao fascínio de concepção burguesa de sociedade, mesmo quando travestidos de retórica revolucionária, ou à repetição de vocábulos radicalmente acadêmico. Por outro lado, os escrivãos quando se analisa a concepção que sustentavam como uma ten-
60. É curioso observar que apesar de todas as objeções de que teria absorvido e difundido sem nenhum exame crítico os autores racistas, a influência mais importante na concepção teórica de Oliveira Vianna é precisamente Malinowski, como os primeiros capítulos de *Instituições Políticas Brasileiras* o atestam. Cf. O. Vianna, *Instituições Políticas Brasileiras*, 1.º vol., Rio, 1949.
61. A articulação mais clara de visão dicotômica, o estabelecimento da ordem burguesa e as instituições liberais clássicas — ao final da década de 40 — podem ser encontrados em Vitor Nunes Leal, *O Município e o Regime Representativo no Brasil*, dissertação, Rio, 1948 (posteriormente publicado como *Coronelismo, Enxada e Voto*). Cf.: "Parece evidente que a decomposição do 'coronelismo' só será completa quando se tiver operado uma alteração fundamental em nossa estrutura agrária", Leal, *cit.*, p. 188. Ou este texto: "As consequências aí estão: o mercado rural continua incapaz de consumir; não dispendo de mercado, a indústria não prospera, nem eleva seus padrões técnicos e tem de apelar continuamente para a proteção oficial; finalmente, a agricultura, incapaz de se estabilizar em alto nível dentro do seu velho arcabouço, prossegue irremediavelmente no caminho da degradação. Fecha-se, assim, o círculo vicioso: no plano econômico, agricultura rotineira e decadente, indústria atrasada e onerosa, uma e outra empobrecendo sistematicamente o país; representação política e descredita do coronelismo, que falsifica a realidade e estimulando o emprego habitual da força pelo governo ou contra o governo". Leal, *cit.*, p. 189.